

ALAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA E DAS
CLASSE RURAIS DO ESTADO DA GUANABARA



**Garanta desde já
o transporte de suas aves e ovos!**



Reserve imediatamente seu CHEVROLET

COMPRA AGORA SEU CHEVROLET... E VENDA SUAS GALINHAS E OVOS ONDE E QUANDO QUISER!

Potente e robusto, CHEVROLET transporta mais cargas com menos gastos... Chevrolet roda sem parar, na estrada e também na fazenda, transportando pessoal, rações e a criação. O caminhão Chevrolet é o melhor investimento que V. pode fazer já para sua fazenda!

NÓVO CHEVROLET 3 PORTAS - VEÍCULOS DE DUPLA-UTILIDADE

2 veículos num só - ao mesmo tempo, elegante carro e potente veículo utilitário! Sua caçamba transporta até 750 quilos de carga... e na cabina, de 3 portas, 6 pessoas viajam folgadoamente!



PICK-UP CHEVROLET PARA SERVIÇOS AUXILIARES

Fácil de manobrar, ágil e robusto, é o veículo mais prático e econômico para serviços auxiliares. Ideal para transporte de ferramentas, pessoal ou encomendas de qualquer volume até 750 quilos!



VISITE O QUANTO ANTES O CONCESSIONÁRIO CHEVROLET DESTA CIDADE E CONHEÇA O NOTÁVEL CAMINHÃO CHEVROLET

UM PRODUTO DA

GENERAL MOTORS DO BRASIL S.A.



A LAVOURA

ÓRGÃO DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA E DAS CLASSES RURAIS DO ESTADO DA GUANABARA

FUNDADA EM 1897

ANO LXV

SETEMBRO - OUTUBRO, 1962

Presidente da Sociedade
Eng. Agrônomo — LUIZ SIMÕES
LOPES

Diretor Responsável e Redator-
Secretário
LUIZ MARQUES POLIANO

Diretor Técnico
Eng.º Agrônomo KURT REPSOLD

Redator Técnico
Eng.º Agrônomo GERALDO GOU-
LART DA SILVEIRA

Chefe de Publicidade
CARLOS ALBERTO SOARES

Redação e Administração:

GENERAL JUSTO, 171
Telefone: 42-2981
Caixa Postal: 1245
RIO DE JANEIRO

Representante em S. Paulo:

NEWTON FEITOZA

RUA BOA VISTA, 245, 3.º andar
— Tel.: 33-1432 — End. Tel.:
"LINEFE," C. P. 7257
— SÃO PAULO —

Nem a redação da Revista nem
a Sociedade Nacional de Agri-
cultura são responsáveis pelos
conceitos emitidos em artigos
assinados

NOSSA
Capa

Escola de Horticultura "Wenceslão
Bello" — Parte da Horta, com
alunos dos cursos permanentes em
trabalhos práticos.

SUMÁRIO

	Pag.
Devastação	3
Escola Wenceslão Bello um modelo de cooperação — Helly Sylvia R. de Souza	4
Reminiscências — O mais Antigo "Salão" de Auto- móveis do Rio — Luiz Marques Poliano	5
A Indústria do Fumo no Canadá	6
Engenheiro Agrônomo Norte Americano Homenagea- do	7
Seleção da Raça Nile-Canastra	10
Avicultura	14
Fundo Cooperativo Compulsório para a Recupera- ção, Expansão e Estabilidade Agrícolas	16
Cruzada Brasileira de Educação Florestal	20
Certa Indolência do Fazendeiro Brasileiro José Resende Peres	22
Um ano de profícua Administração	23
Técnicos Norte-Americanos Visitam a Escola de Hor- ticultura Wenceslão Bello	24
O Guandú na crise do feijão — Clóvis Teixeira	25
Crustáceos e Peixe de Água Salgada e Água Doce (Holanda)	28
Os museus nas Escolas da Zona Rural — Prof Ge- raldo Goulart da Silveira	30
A Classe Rural — Arruda Câmara	32
Cooperativismo e Crédito Agrícola — Fábio Luz Filho	36
Estudo Ecológico da Batata na Baixada Fluminense — Adalberto Serra	37
Economia Pecuária no Rio Grande do Sul Prof. Antônio Saint Pastous	39

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA PELA LEI N.º 3.549, DE 18 DE OUTUBRO DE 1913

Presidente Perpétuo
Presidente Benemérito

— Dr. MIGUEL CALMON DU PIN E ALMEIDA
— Dr. WENCESLAU BRAZ PEREIRA GOMES

DIRETORIA GERAL

Presidente
1.º Vice-Presidente
2.º Vice-Presidente
3.º Vice-Presidente
1.º Secretário
2.º Secretário
3.º Secretário
1.º Secretário
1.º Tesoureiro
2.º Tesoureiro

— LUIZ SIMÕES LOPES
— EDGARD TEIXEIRA LEITE
— KURT REPSOLD
— FREDERICO MURTINHO BRAGA
— ADAMASTOR LIMA
— JOSÉ ARISTOBULO DE CASTRO FILGUEIRAS
— GERALDO GOULART DA SILVA
— RAFAEL XAVIER
— OTTO FRENSEL

Secretário-Geral

— LUIZ MARQUES POLIANO

DIRETORIA TÉCNICA

ALBERTO RAVACHE
ALTINO DE AZEVEDO SODRÉ
BEN-HUR FERREIRA RAPOSO
ENNIO LUIZ LEITÃO

FLAVIO DA COSTA BRITTO
OSMAR LOPES REZENDE
JOAQUIM BERTINO DE MORAES CARVALHO
JULIO CÉSAR COVELLO
MARIO DE OLIVEIRA

CONSELHO SUPERIOR (SÓCIOS TITULARES)

CADEIRA

OCUPANTE

- 1 — ENNES DE SOUZA
- 2 — MOURA BRASIL
- 3 — CAMPOS DA PAZ
- 4 — BARÃO DE CAPANEMA
- 5 — ANTONIO FIALHO
- 6 — WENCESLAU BELLO
- 7 — SYLVIO RANGEL
- 8 — PACHECO LEÃO
- 9 — LAURO MULLER
- 10 — MIGUEL CALMON
- 11 — LYRA CASTRO
- 12 — AUGUSTO RAMOS
- 13 — SIMÕES LOPES
- 14 — EDUARDO COTRIM
- 15 — PEDRO OZÓRIO
- 16 — TRAJANO MEDEIROS
- 17 — PAULINO CAVALCANTI
- 18 — FERNANDO COSTA
- 19 — SÉRGIO DE CARVALHO
- 20 — GUSTAVO DUTRA
- 21 — JOSÉ TRINDADE
- 22 — IGNACIO TOSTA
- 23 — JOSÉ SATURNINO
- 24 — JOSÉ BONIFACIO
- 25 — LUIZ DE QUEIROZ
- 26 — CARLOS MOREIRA
- 27 — ALBERTO SAMPAIO
- 28 — NAVARRO DE ANDRADE
- 29 — ALBERTO TORRES
- 30 — SÁ FORTES
- 31 — THEODORO PECKOLT
- 32 — RICARDO DE CARVALHO
- 33 — BARBOSA RODRIGUES
- 34 — GONZAGA CAMPOS
- 35 — AMÉRICO BRAGA
- 36 — EPAMINONDAS DE SOUZA
- 37 — MELLO LEITÃO
- 38 — ARISTIDES CAIRE
- 39 — VITAL BRASIL
- 40 — GETÚLIO VARGAS

Alberto Ravache
Geraldo Goulart da Silva
Kurt Repsold
Luiz Marques Poliano
Ennio Luiz Leitão
Frederico Murtinho Braga
Valerim F. Bouças
Heitor Grillo
Joaquim Bertino de M. Carvalho
Edgard Teixeira Leite
Luiz Simões Lopes
Jayme Bernardes Cotrim
Paulo Simões Lopes
Luiz Guimarães Junior
Iris Meinberg
Júlio César Covello
Oswaldo Balarin
Ignácio Tosta Filho
José Augusto B. de Medeiros
Fábio Luiz Filho
Mário Penteado de F. e Silva
Francisco de Assis Iglésias
Alfredo L. de Ferreira Chaves
Honório Monteiro Filho
José Carlos de Macedo Soares
Rômulo Cavina
Otto Frensel
Rômulo Joviano
Oswaldo Lazzarini Peckolt
José Sampaio Fernandes
Sylvio Fróes de Abreu
José Assis Ribeiro
Moncyr Alves de Souza
José Carlos Bello Lisbon
Milton Freitas de Souza
Adamastor Lima

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA participa em caráter permanente dos seguintes órgãos:
Comissão Permanente de Exposições e Feiras (Ministério do Trabalho) — Dr. Alberto Ravache;
Suplente, Luiz Marques Poliano; Conselho Consultivo da E. F. Central do Brasil — Dr. Altino de Azevedo Sodré; Instituto Brasileiro de Educação e Cultura (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Luiz Simões Lopes; Conselho Nacional de Aplicação dos Empréstimos Rurais — Ministério da Fazenda) — Dr. Luiz Simões Lopes; Conselho Interamericano de Comércio e Produção — Dr. Edgard Teixeira Leite; Comissão Consultiva de Acordos Comerciais (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Alberto Ravache; Comissão de Política Agrária (Ministério da Agricultura) — Dr. Luiz Simões Lopes, Suplente: Alberto Ravache; Conselho do Mérito Agrícola — Luiz Simões Lopes, Suplente; Ben Hur Raposo; Conselho Regional do S.S.R. da Guanabara — Abel de Almeida; Conselho Superior de Recursos Fiscais do Estado da Guanabara — Juvenal da Silva Azevedo.

DEVASTAÇÃO

O pinho é hoje um dos nossos principais produtos de exportação. Longe de nos alegrarmos com o fato, mais preocupados ficamos, pois as divisas que nos chegam do exterior em troca de nossas tábuas e pranchões não ressarcirão jamais o prejuízo, o altíssimo custo que a exploração desenfreada e impiedosa — e que precisa ter um paradeiro — causa ao Brasil.

A Sociedade Nacional de Agricultura, há pouco tempo, realizou inquérito entre os municípios do país, a respeito de alguns pontos do nosso grave problema florestal. São de estarrecer números como estes: dos 695 municípios que responderam ao questionário, apenas 33 e 53, respectivamente, distribuem mudas e sementes de essências florestais; em contrapartida, 121 e 354, também respectivamente, exploram carvão vegetal e contam com serrarias!

Se as mudas e sementes são plantadas, e chegam a árvores, não nos disseram; certamente, porém, os carvoeiros produzem carvão e as serrarias serram, e para isto é preciso derrubar árvores, às vezes centenárias.

O assunto preocupa a todos. O Correio da Manhã publicou recentemente uma série de reportagens pondo ao vivo aspectos do criminoso processo que, célere, acabará por extinguir totalmente no Sul do País, o pouco que resta das outrora gigantescas florestas de *Araucaria Angustifolia*.

Por aquelas reportagens admite-se a certeza de que falharam tôdas as forças para pôr côbro a tão grave problema, indicador da derrocada de um povo que não respeita os seus próprios recursos naturais, fonte de toda riqueza de uma Nação.

A rodovia que vem do Sul, passando por Lajes, em Santa Catarina, para atingir São Paulo, longe de ser um bem, está-se tornando num elemento a mais — e decisivo — para ativar a incessante derrubada: as formações de pinheiros que ali existem (ou existiam até há pouco) estão fornecendo tóras às serrarias que já se instalam ao longo da rodovia, as quais em pouco tempo nada mais deixarão dessa pequena reserva. O fato deu motivo a uma exposição da SNA ao Governo. Se providências foram tomadas, delas não tivemos até hoje conhecimento.

Sugeríamos então a preservação de uma faixa ao longo da estrada, ao menos para que não se arruinassem os aspectos paisagísticos e turísticos da privilegiada região. Era o mínimo que poderíamos pedir...

ESCOLA WENCESLAO BELLO

UM MODELO DE COOPERAÇÃO

Helly Sylvia R. de Souza

Foi com um misto de emoção e saudade que transpuz o portão da Escola de Horticulura Wenceslao Bello, na Penha. Lá estivera todo um domingo, anos atrás, quando minha vida tinha ainda a alegria da presença tão querida de meu pai. Nada havia, no propósito desta nova visita, que me ligasse à meteorologia, mas não foi sem um apêto no coração que meus olhos se voltaram para a Estação Meteorológica, ali no mesmo local onde, naquele longínquo domingo, meu pai deixara o marco de sua escola.

Desta feita, minha volta à Escola era como representante do Serviço de Economia Rural, para assistir à fundação das cooperativas escolares daquele estabelecimento de ensino. Boas surpresas estavam-me reservadas. A primeira foi constatar que os meninos e rapazes já eram perfeitos conhecedores da doutrina e da prática do cooperativismo, o que me proporcionou mais tempo para percorrer aquele pequeno mundo, participando do entusiasmo reinante pelas coisas objetivas, pelas inovações e reformas que ali estão se processando.

Em artigos e pareceres, sempre me bati pela conceitualização de que o cooperativismo escolar não é somente modalidade na qual o aluno compra mais barato seus livros e cadernos, procurando mostrar o que este tipo de cooperação oferece no aprimoramento da educação e no preparo dos jovens para o futuro. Exatamente dentro deste princípio funcionarão as duas cooperativas, Antônio Arruda Câmara e Paulino Cavalcanti, recém-fundadas na Escola de Horticulura Wenceslao Bello.

Contarão essas náveis cooperativas com o trabalho de seus associados na suinocultura, desde os ensinamentos da construção de pocilgas, até o abate e a industrialização da carne dos suínos. A avicultura também se apresenta já com excelente desenvolvimento; na granja, estão em fase de crescimento galeto que serão, dentro de noventa dias, entregues ao consumidor. A apicultura, que ora as cooperativas iniciam, irá trazer dentro em breve resultados magníficos.

No setor agrícola, a venda da colheita de tomates foi de vulto que, das sobras, prepararam os rapazes grande quantidade de

massa que abastecerá durante bom período a cozinha da Escola.

Percorremos toda a vasta extensão abrangida pela Wenceslao Bello e fomos tomando conhecimento da maneira pela qual é mantida aquela casa grande, de família numerosa: mais de quarenta rapazes e meninos, professores, pessoal especializado, cozinha, lavanderia.

A Sociedade Nacional de Agricultura, através de convênio com o Serviço Social Rural (Conselho Regional da Guanabara), consegue a sobrevivência daquele pequeno mundo de ensino prático da agricultura. E as verbas do M. A.?... Bem, certamente, este é sem dúvida um dos problemas que tiram o sono do Dr. Poliano...

Antes das despedidas, em meio às mangueiras já promissoras de belos frutos, ainda matamos as saudades e avivamos, com o diretor da Escola, Sr. Luiz Marques Poliano, nossas lembranças de Portugal, de idêntica maneira por nós dois tão querido.

Lá, ao longe, ficou a Escola Wenceslao Bello, agora com mais um edifício, novinho em folha, do qual ainda pretendo dar notícias aos leitores.

RÊMINISCÊNCIAS

O MAIS ANTIGO "SALÃO" DE AUTOMÓVEIS DO RIO

LUÍZ MARQUES POLIANO

A 18 de outubro de 1903 a Sociedade Nacional de Agricultura inaugurou, no Frontão Velocipédico Fluminense, à rua do Lavradio, a 1.ª Exposição Internacional de Aparelhos a Álcool.

Nasceram a idéia e a sua concretização da convicção, em que se achava a Diretoria, após o 1.º Congresso Nacional de Agricultura (1901) e a Conferência Açucareira da Bahia (1902) de que tudo teria de ser feito para enfrentar a séria crise que então afligia a indústria açucareira. O exemplo da França, da Alemanha, e de outros países açucareiros, utilizando o álcool como combustível para a iluminação e para força motriz, fortificavam aquela idéia, e a Exposição se realizou para servir de ponto de partida a uma Campanha que se tornaria trabalho permanente da Sociedade durante anos.

A Comissão do Juri da Exposição, presidida pelo Barão de Capaneira era numerosa e dela destacaremos os nomes do Dr. Sampaio Correia, do Dr. Cordeiro da Graça, do Dr. Daniel Henninger, do Dr. Carlos Niemeyer, do Dr. Francisco Behring.

Muitos foram os aparelhos expostos, mas despertaram especial interesse os dois automóveis expostos pela firma Borlido Maia & Cia., "que funcionaram na Exposição, tendo o álcool como combustível", e mereceram ambos do Júri a medalha de ouro. Esses motores, embora movidos a álcool dependiam de gasolina para iniciar o seu trabalho. Com essa dificuldade, imaginamos o que seria hoje automóveis com motores exigindo essa operação e mais a manícula, durante o rush!

Eram da marca Dion Bouton e Peugeot, com um motor de 6 cavalos de força!

Dois grandes artistas da época — Henrique Bernardelli e Augusto Girardet — incumbiram-se, respectivamente, dos diplomas e das medalhas da Exposição.

Também a SNA apresentou-se como expositora de um motociclo a álcool, cuja marca não conseguimos identificar.



A colheita do fumo.

A Indústria do Fumo no Canadá

Fotos do Instituto Nacional do Filme do Canadá



Compradores examinam mercadorias nos armazéns gerais dos plantadores.

O fumo é um dos mais lucrativos produtos agrícolas da província de Ontário. A safra de 1959 chegou a alcançar 8,5 milhões de dólares, apesar de ser em quantidade um pouco inferior à colheita recorde de 1958, de 176 milhões de libras. E' também plantado há anos na Ilha do Príncipe Eduardo, e na Nova Escócia, onde as condições de clima e solo são bastante favoráveis.

I

Compradores examinam a mercadoria nos Armazéns Gerais dos Plantadores de Fumo de Ontário, na cidade de Tillsonburg.

II

Um relógio "automático" com seu mostrador graduado com preços em círculos luminosos e um ponteiro automático preside hoje os leilões do produto, em substituição ao tradicional apregoador que gritava os lances dos seus fregueses. Pelo novo sistema, os compradores de seus lugares simplesmente apertam botões elétricos que acendem as luzes do quadrante, enquanto o ponteiro, que começa num preço sempre mais alto do que o do mercado, desce gradualmente com variações de um quarto centimo de dolar.

III

Os fazendeiros que cultivam o fumo em Ontário tem as mais variadas origens: são holandeses, belgas, húngaros, alemães, poloneses etc... As mulheres geralmente, com suas mãos hábeis se encarregam de amarrar as folhas em pequenos molhos e pendurá-los em varais que são transportados para a estufa.

O sucesso da colheita está porém nas mãos do fo-
(Continua na pág. n.º 8)



O Eng. Agrônomo Merrill B. Asay, do Escritório Técnico de Agricultura Brasil-Estados Unidos, quando recebia das mãos do Dr. Luiz Simões Lopes, Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura o Diploma de Sócio Honorário e a medalha de ouro que lhe foram conferidas pelos relevantes serviços prestados ao ensino profissional agrícola em nosso país, e, em especial, à Escola de Horticultura Wenceslão Bello.

ENGENHEIRO AGRÔNOMO NORTE AMERICANO HOMENAGEADO

Pelos relevantes serviços prestados ao ensino profissional agrícola de nível médio em nosso país, particularmente à Escola de Horticultura Wenceslão Bello, a Sociedade Nacional de Agricultura em sessão de sua diretoria realizada no dia 10 de Outubro, às 16,00 horas, prestou significativa homenagem ao Engenheiro Agrônomo Norte-Americano Merrill B. Asay, do Escritório Técnico de Agricultura Brasil-Estados Unidos.

A homenagem consistiu na entrega ao ilustre e prestimoso técnico do título de sócio honorário e de uma medalha de ouro da entidade.

A solenidade, presidida pelo Eng. Agr. Luiz Simões Lopes, presidente da

Sociedade Nacional de Agricultura, contou com a presença do Presidente e diretores da Confederação Rural Brasileira, dos Co-Diretores brasileiros e americano do Escritório Técnico de Agricultura Brasil-Estados Unidos, de técnicos e funcionários da mesma entidade, de técnicos do Ponto IV no Brasil e outras personalidades da Embaixada Americana no Brasil, de diretores da Sociedade Nacional de Agricultura, do corpo docente da Escola de Horticultura Wenceslão Bello, dos técnicos do Conselho Regional do Serviço Social Rural da Guanabara e outras personalidades.

Usaram da palavra, na ocasião, o Presidente da Sociedade Nacional de Agri-

cultura dizendo da razão de ser da justa homenagem, o representante do Ponto IV no Brasil e o homenageado que leu o seguinte discurso:

Excelentíssimo Senhor Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

Senhores Co-Diretores do Escritório Técnico de Agricultura Brasil-Estados Unidos

Minhas Senhoras e meus Senhores.

Meus Caros Colegas.

Tanto no Brasil, como na minha Pátria, os Estados Unidos da América do Norte, reconhecemos como "condição básica e fundamental" para o progresso e

o bem estar sócio-econômico dos povos, a educação!

Desde a educação de base ministrada mesmo aos que não sabem ler, nem escrever, desde as primeiras letras até os cursos universitários e de pós-graduação, encontramos a educação como chave mestra do bem-estar da humanidade, produzindo no ser racional a compreensão e o desejo de aperfeiçoamento, em busca de melhores condições para a vida de seus familiares e de sua comunidade.

Em um "país basicamente agrícola" como o Brasil, a educação relacionada com as coisas do campo adquire especial significação e apresenta enorme alcance, principalmente quando consideramos que dois terços de sua população, já calculada em setenta e dois milhões, vivem no meio rural.

A educação em suas múltiplas ramificações torna acessível o emprego eficiente e indispensável de todas as medidas que, em última análise, visam o incremento da produção e o abastecimento de gêneros alimentícios e de matérias primas para todo o País, em estreita colaboração com suas irmãs, a pesquisa e a extensão, complementadas pelo associativismo, as cooperativas e a distribuição adequada do crédito agrícola.

Estas sucintas considerações me ocorrem no momento em que me cabe o grato dever de agradecer à alta Direção da Sociedade Nacional de Agricultura a honra de ser distinguido com seu diploma de Sócio Honorário. Entretanto peço-vos que me seja permitido de que esta honra e esta distinção sejam, antes, estendidas aos seus colegas, Brasileiros e Norte-Americanos que se empenham, como eu, em suas funções técnicas no ETA. Eles colaboram nos esforços comuns em prol do levantamento e do desenvolvimento agrícola, tanto social — como economicamente. Represento eu, sem dúvida, apenas um modesto soldado no meio deles.

O Escritório Técnico de Agricultura como a Sociedade Nacional de Agricultura se irmanam no mesmo ideal que esta já estabeleceu há mais de sessenta e cinco anos atrás, quando foi fundada em dezessets de janeiro de mil oitocentos e noventa e sete, a fim de "empanhar coletivos e individuais esforços em bem da agricultura".

Vossa distinção de hoje me comove e me sensibiliza de veras. Ela constitui um incentivo forte, ao lado de um reconhecimento muito honroso. Reconhecimento pelo modesto, mas sincero esforço de colaborar no ideal comum. Incentivo forte para prosseguir nas árduas lidas de todos os dias!

Sentimo-nos encorajados graças à vossa benevolência e a vosso estímulo. Prometemos fazer tudo que em nós couber para nos mostrar dignos de vossa deferência!

Que Deus Onnipotente proteja vossa Sociedade e vossa maravilhosa Pátria, levando-os às mais ridentes venturas, à paz e à prosperidade perenes! São estes os nossos mais sinceros e ardentes votos!

Mais uma vez, muito obrigado!

Curriculum vitae:

É o seguinte o *curriculum vitae* do homenageado:

Merril Boice Asay nasceu na comunidade rural de Lovell, Wyoming, em 9 de julho de 1921.

Cursou a escola primária e se formou na Lovell City Schools na mesma comunidade.

Recebeu o diploma de Bacharel na Universidade de Wyoming, Laramie, Wyoming, em 1942; em seguida entrou para Força Aérea Americana onde serviu 3 anos na Inglaterra, durante a Segunda Guerra Mundial, voltando para a América em 1945.

Recebeu o Master's Degree em Educação Agrícola,

na Escola Colorado A & M, Fort Collins, Colorado.

Começou a lecionar em Lyman, Wyoming como professor de Educação Vocacional Agrícola, em 1947 — ainda nesta ocasião foi instrutor para veteranos em Treinamento Agrícola; também foi professor para especialização de professores em Educação Vocacional Agrícola da Universidade de Wyoming até 1952.

Estêve em Kabul, Afeganistão no Contrato Land Grant College da Universidade de Wyoming, como Professor de Engenharia Agrícola, de 1953 a 1955, e posteriormente foi Diretor da Escola de Agricultura em Kabul, Afeganistão durante dois anos.

Começou seu Doutorado na Universidade de Bozeman, Montana.

Veio para o Brasil em 1958 como Consultor em Educação Agrícola em cuja posição está há quatro anos.

(Conclusão da Página N. 6)

guista, que mantém a temperatura da estufa sempre em elevação, durante 5 ou 6 dias para cada fornada. Qualquer descuido na secagem das folhas pode trazer prejuízos elevados.

IV

Numa época em que o Canadá atinge um dos mais altos índices de emprego, a colheita do fumo apresenta para os fazendeiros um sério problema: o plantio e a cultura são mecanizados, mas a colheita precisa ser feita à mão, folha por folha, quando estão no "ponto". Esta é uma tarefa extremamente fatigante e para dar um bom rendimento o apanhador experimentado chega a ganhar 14 dólares por dia, mais casa e comida durante as seis semanas que dura a colheita. É bom dizer, porém, que só muito poucos resistem à dureza do trabalho.

Seleção da Raça Nilo-Cannasta



torquezes BURDIZZO e seringas TEXAS

**Indispensáveis
a qualquer criador.**

Com os legítimos torquezes BURDIZZO italianos a operação de castrar é muito mais segura e eficiente, não produzindo hemorragias nem feridas nos animais, evitando bicheiras ou infecções.

As seringas veterinárias TEXAS, são confeccionadas com matéria prima de grande resistência com micrométrica precisão, e com tubos de vidro de grosso calibre. Isto é garantia de longa durabilidade e perfeitas injeções.

Com as seringas TEXAS e os torquezes BURDIZZO, você assegura a qualidade e a vitalidade do rebanho.

Distribuído por

**Herman Josias s.a.
indústria e comércio**

Caixa Postal. 3493 Rio de Janeiro - GB.



Seleção da Raça Nílo-Canasta

Conforme apresentamos no Comunicado n.º 7, do Departamento de Agricultura, a criação da raça NILO-CANASTRA, no CEXPER, vem mostrando a seguinte evolução:

	1 953	58	1 959	1 960	1 961	N.º de Porcas	N.º de leite porcas exam.	N.º médio de leitões nascidos	N.º médio de leitões desmamados	Pêso médio à desmama	Índice de produtividade
Número médio de porcas	50		50	50	50	188	4	12,00	7,25	7,38	38,78
Número médio de varrões	2		3	4	2	202	3	9,66	8,33	7,01	37,74
N.º leitegadas nascidas	67		39	57	65	254	3	11,00	8,66	6,03	37,92
N.º leitões nascidos	536		368	563	647	279	3	10,66	9,00	6,07	38,22
N.º leitões desmamados	364		306	396	424	286	5	12,00	9,80	4,81	39,58
Mortalidade até a desmama	33%		14%	30%	34%	289	4	12,00	8,50	6,80	39,63
N.º médio de leitões nascidos por leitegada	8,00		9,43	9,88	9,95	300	5	9,80	8,40	5,90	37,97
N.º médio de leitões desmamados (56 dias) p/leitegada	5,39		7,84	6,95	6,52	328	5	10,80	9,20	6,72	40,19
Pêso médio dos leitões aos 56 dias (desmama) (kg)	—		5,42	6,49	6,92	329	4	11,76	9,00	6,78	40,53
Pêso médio dos leitões aos 154 dias (kg)	—		19,03	17,95	20,998	330	3	12,66	8,00	7,11	38,06
						331	3	13,66	9,33	7,06	41,04
						333	3	10,66	7,66	6,98	37,28
						334	4	12,25	9,50	5,53	39,96
						408	4	12,25	9,00	6,22	38,70
						420	4	11,75	9,75	7,33	42,59
						433	3	8,33	8,00	6,03	38,09
						463	4	11,50	7,25	6,92	38,12

Essas porcas, apresentam uma média de 11,34 leitões nascidos e 8,63 leitões desmamados e um pêso médio dos leitões à desmama, de 6,41 kg. O Índice de Produtividade (LUSH & MOLIN) médio é de 39,08, sendo calculado pela fórmula:

$$IP = \frac{n}{o} + \frac{2n}{56} + \frac{w}{6,94}$$

onde: "o" = n.º médio de leitões nascidos;
"o 56" = n.º médio de leitões desmamados;
"w 56" = pêso médio da leitegada à desmama e
6,49 = pêso médio individual à desmama.

O Índice de Produtividade é recalculado após cada cria, pois as médias acima indicadas são obtidas pela fórmula de LUSH, que nos dá a capacidade mais provável das porcas, em relação a cada característico repetível:

$$\text{Cap. mais provável} = MR + \frac{nr}{1 + (n-1)r}$$

(PMI — MR)

onde: MR = média do rebanho; n = número de leitegadas examinadas; r = repetibilidade do característico no rebanho e PMI

É evidente que o rebanho apresenta excelente prolificidade, embora deixe a desejar quanto à criabilidade e à precocidade. Um estudo preliminar, comparando o consumo de ração por quilo de pêso, no rebanho NILO do CEXPER e no rebanho DUROC de um criador particular, no período do parto à desmama, revelou, no entanto, um fato interessante: enquanto a porca NILO, desmama um quilo de leitão, tendo ingerido 4,85 quilos de ração, a porca DUROC ingere 5,09 kg de ração, para cada quilo de leitão desmamado. No corrente ano, pretendemos realizar um experimento sobre o assunto, comparando as duas raças no mesmo meio.

Em dezembro de 1 961, foi realizado um descarte rigoroso no rebanho da Seção, restando 17 porcas, cujas performances foram as seguintes:

= performance média individual em relação ao característico examinado.

Dessas porcas, foram reservadas 30 marrãs que irão entrar em reprodução em 1962 e cujos característicos são os seguintes:

N.º da porca	Índice B.C. B.C.	Índice IWA 3	N.º de par	N.º de mãe	Peso Mãe	Peso Mãe	Origen-N.º	Cil. Duro
1223	57,52	40,63	660	329	10,0	29,0	8	7
1294	59,50	17,97	893	254	5,0	15,0	11	8
1301	60,00	18,62	893	254	5,0	16,0	11	8
1297	61,50	20,57	893	254	7,2	10,0	11	8
1295	64,50	24,47	893	254	7,0	25,0	11	8
1419	65,04	82,64	893	300	6,0	33,0	8	7
1350	65,24	63,92	893	597	9,0	30,0	9	7
987	66,94	41,33	660	333	11,0	21,0	8	7
1327	67,88	76,31	893	279	11,2	370	9	7
991	68,06	40,77	247	289	15,0	31,0	10	8
1334	68,20	58,78	481	330	10,0	32,0	13	8
1047	72,08	53,75	660	420	8,3	26,0	13	8
1289	74,42	27,49	247	289	9,4	24,0	16	3
1423	75,46	96,42	247	420	7,6	23,0	12	9
1424	75,46	96,42	247	420	6,0	23,0	12	9
1357	76,60	48,48	247	286	6,4	22,0	12	10
1381	78,18	75,43	247	331	6,2	23,0	16	9
1056	79,00	30,82	247	331	5,3	11,0	13	11
1455	79,62	110,34	893	329	9,4	31,0	13	9
1379	79,68	77,38	247	331	8,0	26,0	16	9
1409	80,98	99,10	893	300	5,4	32,0	14	9
1118	83,03	49,97	481	328	7,4	21,0	11	10
1320	84,02	92,40	893	328	6,0	23,0	15	10
1323	84,52	9305	893	328	7,4	24,0	15	10
756	84,82	103,32	247	420	12,6	25,0	12	12
1386	85,68	85,18	247	331	3,6	38,0	16	9
1057	86,00	55,43	247	331	9,3	29,0	13	11
1082	88,06	30,05	247	334	4,3	14,0	14	22
1321	89,52	99,55	893	328	10,0	34,0	15	10
871	90,01	53,71	11	463	7,5	25,0	10	10

As marrãs, acima relacionadas, foram ordenadas segundo a ordem crescente do Índice de BERNARD, CHAPMAN & GRUMMER e apresentam as seguintes médias:

Índice de BERNARD, CHAPMAN & MAN & GRUMMER	75,12
Índice de IOWA N.º 3	62,14
N.º leitões nascidos na leitegada de origem	12,23
N.º leitões desmamados	8,93
Peso médio aos 56 dias	7,88
Peso médio aos 154 dias	25,40

O Índice de BERNARD, CHAPMAN & GRUMMER, utilizado para testar os leitões aos 154 dias, tem a seguinte fórmula:

$$I = 0,5n + 7n^{154} - 0,02n^{154} + 0,5n^{154}$$

onde: n.º = n.º leitões nascidos na barri-

para laticínios
de superior
qualidade



DESNATADEIRAS

VIKING

- Manuais ou (e) elétricas
- Equipadas com embreagem de fricção e polia de correia em V, para o acionamento elétrico.
- Lubrificação perfeita por banho de óleo
- Tambor equilibrado de alta eficiência
- Engrenagens 100% protegidas, evitando desgastes
- Depósito de leite "anti-salpicante", fácil de limpar
- Controle automático de velocidade



BATEDEIRAS DE AÇO

Fabricadas em aço estanhado da melhor qualidade, em modelos para 3, 5, 10, 15 e 25 lt.

CAPACIDADES:

Manuais..... de 50 a 600 lt.
Elétricas..... de 60 a 180 lt.
Com polia para motor de 110 a 600 lt.

DEPARTAMENTO AGRÍCOLA

MESBLA

RIO - S. PAULO - P. ALFRE - B. HORIZONTE - RECIFE - SALVADOR
BELEM - NITERÓI - PELOTAS - FORTALEZA - MARÍLIA - VITÓRIA

gada do leitão examinado; w_{154} = n.º de leitões na barrigada, aos 154 dias; w_{154} = peso da barrigada aos 154 dias e w_{154} = peso individual aos 154 dias.

O índice de IOWA N.º 3, utilizado para o mesmo fim, tem a seguinte fórmula:

$$I = (0,65 w_{154} + IP + C) (1,0 - a)$$

onde: w_{154} = peso do leitão aos 154 dias; IP = índice de produtividade da mãe do leitão; C = coeficiente fraterno e $(1,0 - a)$ = dedução por taras e defeitos, na base de 0,1 para cada defeito, o que equivale dizer que, com mais de 10 defeitos o animal será desclassificado.

O coeficiente fraterno é igual a + 03% de peso da barrigada aos 154 dias, por quilo que a barrigada do leitão exceder ou faltar, para o peso médio da barrigada do rebanho, aos 154 dias.

Comparativamente, o primeiro índice dá grande importância ao número de leitões Iowa, além dos descontos por defeitos, dá aos 154 dias, enquanto que o índice de grande peso à produtividade da mãe e ao peso da barrigada aos 154 dias, motivo pelo qual, conforme podemos ver na lista das marrãs, não existe, sempre, correspondência entre os valores dos dois índices.

Com os produtos dessas marrãs, em 1962, já será possível uma comparação entre machos e entre famílias e uma análise estatística mais significativa dos dados existentes, inclusive quanto ao cálculo dos desvios e erros padrões, que nos darão uma medida da variabilidade dos diversos caracteres, segundo vários critérios de classificação (entre porcas, entre anos, entre estações, etc.).

*

Consumo de ração nas diferentes classes de animais — O arraçoamento dos suínos da Seção Experimental, é feito pelo sistema de farelada total, distribuída uma vez por dia, de tal forma que, no dia seguinte, ainda reste pequena quantidade de ração nos cochos. Um cálculo preliminar do consumo de ração, por classe de animal, revelou os seguintes valores:

Porcas adultas em descanso	3,5-4,0 kg/dia
Porcas em gestação, com pasto	2,5 "
Porcas em gestação sem pasto	3,2 "
Porcas com cria	4,0-4,5 "

Varrões	3,8 "
Marrãs em crescimento, com pasto	2,0 "
Leitões desmamados, até 5 meses	1,0-1,5 "
Leitões desmamados, 5 a 6 meses	2,3 "

A ração utilizada (em 26/12/61) era composta de verde cortado, à vontade, e da seguinte farelada:

Milho	47 %
Leite em pó	35 %
Farelo babaçú	16 %
Ostra moída	1,5 %
Sal	0,5 %
	100,0 %

a qual era acrescentado 1% de VI-CON ou 0,2% de CRESCILIN-FORTE. Conforme esclarecemos em publicação anterior, o leite em pó, era proveniente de uma partida imprópria para consumo humano e cedida gratuitamente ao CEXPER.

*

Iniciada a criação de DUROC-JERSEY no CEXPER (ex-Fazenda Modelo de Guaratiba)

— Em 12 de janeiro do corrente ano, chegaram à Seção Experimental de Suinocultura, 8 fêmeas e 2 machos, da raça DUROC, provenientes da Fazenda São Paulo, com os quais será iniciada a criação do estabelecimento.

A FAZENDA SÃO PAULO, está situada no município de Vassouras, Estado do Rio de Janeiro, na localidade denominada PONTE DO ROCHA, sendo seu proprietário o Sr. RADAMÉS MONTÁ.

É uma Fazenda de cerca de 100 alqueires geométricos, com terreno acidentado, dispondo de água em abundância e possuindo uma varzea excelente, com capineira de guatemala, elefante e cana, irrigada por aspersão e adubada. Dedicase à criação de gado GUERNSEY, suínos DUROC e WESSEX-SAD-DLEBACK e cães PASTORES ALEMÃES, dispondo de instalações magníficas.

A orientação técnica é feita pelo Eng. Agr. GILBERTO LAMARTINE E MELLO, da Fazenda Santa Mônica (Juparanã), que orienta dois técnicos agrícolas, formados na Escola Agrotécnica Ildefonso Simões Lopes (Klm 47).

As médias, apresentadas pelas duas raças de suínos são:



CUPIM

GARANTIA DE 8 ANOS

Rugani & Cia. Ltda.

**SERVIÇOS EXECUTADOS COM
INSETICIDAS "IPIRANGA"**

contra insetos e ratos

HUA SÃO JOSÉ, 90-S/1. Telefones 22-3289 e 22-0873

ORÇAMENTOS SEM COMPROMISSO



	DUROC WESSEX	
N.º leitões nascidos	8,22	7,40
N.º leitões desmamados	5,33	7,00
Pêso médio aos 56 dias	12,35	14,61

*

A título de comparação, transcreveremos algumas pesagens de leitões da raça NILO, criadas na Seção Experimental de Suinocultura, com as pesagens dos leitões DUROC, adquiridos na Fazenda São Paulo:

	NILO	DUROC
Pêso médio aos 56 dias	7,89	12,35
4 meses	—	12,35
5 meses	20,89	50,80
6 meses	27,73	—
7 meses	36,64	91,00
8 meses	42,64	—
9 meses	44,27	—

Os dados acima, referem-se à duas leitegadas NILO, num total de 11 animais e aos 10 leitões DUROC, chegados ao CEXPER.

* * *

Programa de trabalho para 1 962 — A Seção Experimental de Suinocultura, vem cumprindo o seu programa de trabalho traçado em 1 959, de seleção das raças NILO e CARUNCHO, tendo como única modificação, a antecipação da introdução da raça DUROC-JERSEY, que era prevista para 1 963.

Tal programa, compreende os itens abaixo, que serão desenvolvidos em função dos recursos disponíveis:

- 1) — Manutenção e desenvolvimento do núcleo de seleção das raças NILO, CARUNCHO e DUROC-JERSEY, iniciando-se a emissão de Certificados de Origem, com a performance dos ascendentes;
- 2) — Levantamento dos suinocultores do Estado da Guanabara, dando a assistência técnica possível;
- 3) — Fomento da criação de reprodutores, de acordo com o Plano de Melhoramento de Suínos do Estado da Guanabara, visando a exportação de "know-how", em virtude do alto custo dos fatores de produção no Estado;
- 4) — Experimentação e pesquisas sobre seleção, melhoramento, manejo, alimentação, higiene e defesa sanitária;
- 5) — Estudos sobre custo de produção e sobre a administração de granjas suínícolas.

ANUNCIE

EM

"A LAVOURA"



**THUYA
SIMÕES**

Medicação preventiva e curativa das pipocas (ou caroços) dos pintos e aves adultas

A venda à

RUA DO MATOSO, 33 - RIO
Para o interior enviamos
pelo reembolso postal

A alimentação racionada das poedeiras pesadas, durante seu período de crescimento, já está aceita pela quase totalidade dos técnicos.

Já se fala muito, também, sobre o controle da

AVICULTURA

Alimentação Racionada e Controlada

ração dessas mesmas aves, na idade adulta. A finalidade seria, neste caso, evitar a gordura excessiva tão prejudicial às aves.

É preciso, em primeiro lugar, que se faça bem a distinção entre "racionamento" e "controle" da ração usada.

Alimentação racionada, empregada apenas no período de crescimento, significa uma redução dos ingredientes ingeridos a níveis abaixo dos considerados mínimos — retarda-se, desta forma, a maturidade sexual e reduz-se a velocidade no ganho de peso.

Alimentação controlada

significa dar às aves todos os ingredientes necessários para a maior produção, evitando-se, porém que elas possam comer mais ração de que deveriam — elas terão a suficiente para produzir, mas não conseguirão o supérfluo que as faria engordar demasiadamente. Parece não haver mais dúvidas sobre os méritos da alimentação racionada para as frangas de raças pesadas, especialmente se elas se destinam a produzir ovos de incubação: elas se desenvolvem melhor, morrem menos, iniciam a postura mais tarde, põem ovos maiores e durante mais tempo. O emprego da alimentação controlada para as poedeiras adultas apresenta, porém, maiores complicações. É preciso que se conheça, com precisão, o teor energético da ração usada, o índice de postura e o peso médio do lote. Além disso, a quantidade de ração a ser dada variará, também, com a época do ano.

Esses quatro fatores devem ser bem ponderados quando se resolver controlar o consumo de ração das poedeiras. O mais importante deles é o peso das aves, que deve se manter ou aumentar muito lentamente no correr do ano.

O sistema merece considerações, mas sua aplicação deve ser feita com muito cuidado pelos avicultores.

Kó-Kó-Ró-Kó

CORIZA

GOSMA

E

GOGO

MODO DE USAR

Aves adultas: de 2 a 3 colheres de sopa no bebedouro como preventivo — Para aves pequenas a metade da dose. — Nos casos mais graves aplique diretamente no bico uma colher de café, de Kó-Kó-Ró-Kó — Registrado no DDSA 6929/53.

PAULO STEFANINI

Indústria de Produtos Agro-Pecuários

RUA DO MATOSO, 246-A — TELEFONE: 34-7367

RIO DE JANEIRO — ESTADO DA GUANABARA



Para Boas Rações

*Qualidade e não, apenas,
quantidade das
proteínas*

O simples fato de uma ração consignar, no rótulo, ou na propaganda do fabricante, que possui esta ou aquela percentagem de proteínas nada significa. Atualmente, seguindo os estudos especializados na nutrição animal, mais vale a qualidade das proteínas que sua quantidade. Para dar ao avicultor uma idéia do problema, podemos imaginar a proteína como um edifício. Para formar o edifício, utilizam-se matérias de várias procedências. Se a qualidade do material for excelente, o edifício será sólido. Como se sabe, nem todos os edifícios são iguais, nem se usam os mesmos materiais. Da mesma maneira, as proteínas são desiguais e as estruturas são diferentes. Há proteínas melhores e piores, como há belos e feios edifícios. O elemento básico das proteínas, assim como uma espécie de argamassa ou alicerce do edifício, é o amino-ácido. Existem 22 deles bem conhecidos, alguns considerados essenciais, mas todos

importantes para a formação das proteínas. Estas existem em todos os alimentos naturais, mas não possuem os mesmos amino-ácidos, nem estes estão combinados da mesma maneira. O número de amino-ácidos, sua qualidade e sua combinação na molécula proteica determina, assim, o valor real da proteína. Via de regra, as proteínas de origem vegetal (tortas oleaginosas, resíduos de cereais, forragens verdes, ou fenadas, etc) são de qualidade inferior, comparativamente às de origem animal (farinha de carne, de fígado de peixe, de leite, etc.). A percentagem final

de proteínas de uma ração deve resultar, para que ela seja eficiente, de uma combinação de proteínas de origens diversas. Por isso mesmo, as rações para aves só devem ser consideradas completas quando as proteínas são formadas por adição de farinhas de origem animal e tortas ou farelos de alto teor proteico. Cabe, assim, aos avicultores, bem como aos criadores em geral, exigirem dos fabricantes de rações ou misturas a verificação dos ingredientes que delas participam e a garantia técnica de uma combinação perfeita dos mesmos elementos.

avevita

Rações
balanceadas
e prensadas!



A MELHOR PARA A AVICULTURA



**Moinho
Fluminense S.A.**

Fundada em 1857

RIO, RUA URUGUAIANA, 118 - LOJA - C. P. 1350 - TEL. 43-3906
S. PAULO, RUA BOA VISTA, 314 - 4º - C. P. 560 - TEL. 33-3164
B. HORIZONTE, AV. DOS ANDRADAS, 841 - C. P. 143 - TEL. 2-0662
CAMPINAS, REP. MERCANTIL TREMARGO - R. DUQUE DE CAXIAS, 103
e na sua cidade, procure o nosso representante

Div. 124-938

Fundo Cooperativo Compulsório para a Recuperação, Expansão e Estabilidade Agrícolas

Alberto Ravache

Na difícil conjuntura em que nos debatemos com uma inflação e desequilíbrio financeiro estarrecedores a fomentar um custo de vida sempre em progressão infrene, face a nossa imprevidência econômica e financeira e ao desinteresse pela recuperação e produção agrícolas, é dever inadiável se conclame a cooperação da coletividade e em especial da classe rural, para que se possa enfrentar esta calamitosa situação e prevenir consequências mais graves, como as que já delineiam em vários setores.

Assim, se os recursos normais indispensáveis escasseiam ou não ocorrem nas fontes usuais, e o Poder Público deles não dispõe ou não pode dispor, cumpre-nos pesquisar onde e como conseguí-los em condições de poder atender as reais e prementes finalidades existentes sem criar novos e ainda maiores problemas.

Os ensinamentos do cooperativismo e até do mutualismo e procedimentos de outros povos e Organismos, que conjunturas análogas tiveram de defrontar e, galhardamente, as venceram são por demais conhecidos e induzem-nos a seguir suas trilhas com absoluta confiança e certos de que, como eles, também venceremos. Esta convicção e segurança se corporificam face ao êxito obtido com a aplicação da Lei n. 2.004 de 3 de outubro de 1953, que estabeleceu, por quatro anos uma contribuição anual compulsória destinada, com outras providências a formar o capital indispensável a criação da Petrobrás. (Ver artigos 15 e 16 anexos).

Porque pois, seguindo a mesma trilha e um plano similar

(ANEXO) não determinar a criação de um CERTIFICADO COMPULSÓRIO DE ORIGEM PARA TODA E QUALQUER PRODUÇÃO AGRÍCOLA OU EXTRATIVA, no valor de um 1% (um por cento) do seu montante, para com a renda auferida formar um FUNDO DE RECUPERAÇÃO, EXPANSÃO E ESTABILIDADE AGRÍCOLAS?

Esta simples e providencial medida permitirá, mediante a insignificante contribuição de um por cento da produção rural, valor, como aquele, creditado ao próprio contribuinte criar um Fundo de Recuperação e Expansão Agrícolas, no montante de mais de quatro bilhões de cruzeiros por ano! (Cálculo baseado nas estatísticas oficiais e preços de 1958) preços que como sabemos muito diferem dos vigentes!

A contribuição sugerida, absolutamente em nada irá ou poderá abalar, quer o produtor quer o custo de vida sempre em ascensão, visto como, só em janeiro p.p. o custo de vida teve um aumento geral de mais de 3% e a produção só irá incidir sobre a produção agrícola, na origem. Exemplifiquemos porém para melhor comprovar a afirmativa: um quilo de café cru, que é vendido pelo produtor por aproximadamente 25 cruzeiros, terá seu custo aumentado em 25 centavos, e como cada quilo de café dá para mais de 250 xícaras, fácil ser concluir que esses 25 centavos ou um décimo de centavo de aumento, por xícara, não tem expressão, nem podem produzir reflexos de qualquer natureza. O que ocorre com o café, dar-se-á, mutatis mutandis, com os demais produtos agrícolas, pois o cer-

tificado terá por base o valor do produto nas fontes de produção e não o seu preço de venda ao consumidor, que sempre o adquire com um aumento nunca inferior a 40 e 50% sobre o custo de aquisição nas fontes produtoras! Haja visto o próprio café.

O produtor, igualmente, também não será prejudicado, ao contrário, será beneficiado pelas reais e grandes vantagens que não somente o Fundo Cooperativo lhe irá e poderá propiciar, para melhorar e aumentar sua produção, senão também pelas demais vantagens que o Associativismo poderá promover e ademais, e ainda porque o montante dos certificados que pagou lhe será creditado sob a forma de ações ao portador.

Aliás, a proposição e contribuição sugeridas decorrem do seguinte raciocínio. Nenhum produtor poderá considerar oneroso recolher ao Fundo o valor de um litro de leite em cem, de um ovo em cem, de um quilo de carne, de milho, de café ou de um produtor extrativo em cem se este valor não lhe for tomado e sim creditado como ação do Fundo Cooperativo a ser criado. Fundo que não será recolhido aos cofres públicos e sim destinado a promover, fomentar e baratear a produção e consequentemente reduzir o custo de vida da coletividade e o seu próprio. É oportuno ponderar e repetir que o certificado de procedência onerar o produto em 1% apenas na fonte de produção e uma só vez e não como ocorre com as taxas de vendas mercantis e outras que se multiplicam sucessivamente em cada transação.

O certificado de procedência além da sua finalidade precípua, originará ainda as seguintes vantagens de ordem geral:

- 1) Levantará a estatística exata da produção;
- 2) Indicará a natureza e local da produção;
- 3) Revelará o destino e os compradores do produto;
- 4) Revelará a época exata das colheitas nas diversas regiões e seus montantes aproximados;
- 5) Apontará as falhas de produção;
- 6) Apontará as dificuldades observadas nas diversas zonas produtoras;

Ensilagem



Transformando milho, sorgo, sobras de pastos, capins Guatemala, Napier etc., em silagem, o gado leiteiro terá alimentação garantida para atravessar o período da seca.

UMA COLABORAÇÃO DE PRODUTOS



SETOR AGROPECUÁRIO

G.RV.26/42-1

7) Apontará as dificuldades para obter transportes seus embarques e preços extorsivos;

8) Facilitará a localização de armazéns silos nas zonas mais produtivas.

Os governos, Federal Estadual e Municipal também serão grandemente favorecidos a começar por receberem, sem nada pagar, em tombamento anual exato da produção rural saber onde esta se encontra ou o destino que tomou, quais as despesas do transporte e entraves que teve de vencer para chegar ao mercado consumidor, podendo, des'arte não só afastá-los quando possível, senão também localizar sonegadores ou tubarões e atravessadores inescrupulosos que perturbam o comércio honesto e puni-los quando for o caso, bem como estudar e promover a rápida e acertada distribuição dos produtos a todos os centros consumidores, quando se fizer mister.

Planificar a produção dentro de normas mais condizentes com a realidade, vez que o pro-

ductor estará habilitado a responder aos seus conselhos e ensinamentos contando para este fim com a cooperação dos recursos do Fundo Agrário e com a mecanização que facilmente se poderá generalizar.

Efetuar in loco o pagamento do preço mínimo (Dec. 50.411, de 5-4-1961 e Lei 1506 de 19-12-1951), assegurado ao produtor, através de Associação Rurais e não com promessas até certo ponto ilusórias e com exigências por vezes inexequíveis como frequentemente vem ocorrendo. Esta providência será de grande relevância e excepcional repercussão pois as dificuldades e o pessimismo decorrentes dessas exigências são bem conhecidas.

Partindo das estatísticas de 1958 e do valor dos produtos agrícolas nesse ano podemos como dissemos acima, estimar a arrecadação anual em cerca de quatro bilhões de cruzeiros como se verá pela nota anexa.

O Fundo Cooperativo Compulsório será inicialmente administrado por um Conselho

eleito por três anos pela Confederação Rural e, assistido pelos seus representantes na forma do Governo Federal através do plano anexo. Findo o triênio, por eleição direta de seus acionistas, na forma da Legislação cooperativista vigente.

Como a finalidade do Fundo é de assistência para recuperação e expansão da agricultura, as taxas para os empréstimos bem como para os adiantamentos para aquisição de quaisquer utilidades indispensáveis a expansão, não deverão exceder a 4% ao ano.

Torna-se, assim, bem evidente, que a sugestão da Criação do Fundo partindo da emissão de um Certificado de produção virá estabelecer uma sólida fonte de numerário para empréstimos destinados a recuperação, estabilidade para fomento da produção agrícola, nos termos do mecanismo de sua aplicação.

Dado também ser vital para a sobrevivência da nossa produção agrícola e extrativa assegurar a produtor em assis-

tência substancial e imediata poderá o Governo autorizar um adiantamento ao Fundo Cooperativo Compulsório, com a garantia da arrecadação, e bem assim logo que comprovada a real eficiência desta antecipar maiores recursos para um mais rápido desenvolvimento das indiscutivelmente justas e reais finalidades do Fundo Compulsório.

Concomitantemente com a criação do Fundo, e na melhor forma possível o Governo Federal determinará, sejam vinculadas ao mesmo, todas as leis da assistência desenvolvimento da produção rural vigentes a fim de que se tornem mais rapidamente exequíveis em todo o território nacional.

MECANISMO E APLICAÇÃO DA SUGESTÃO

ARRECADAÇÃO — A arrecadação decorrente da Lei que institue a notificação compulsória de origem dos produtos agro-pecuários e extrativos, se processará através de certificados emitidos e cobrados na fonte de sua procedência e destes constar a natureza e a valor e mais dados indispensáveis a uma rápida identificação do produto e de que procedência.

CERTIFICADOS — Os certificados serão pagos no município da procedência do produto, seja a Prefeitura, seja a Associação Rural, por ela devidamente credenciada e o numerário resultante diário e integralmente recolhido ao Banco do Brasil, ou na falta deste a um local a crédito do Fundo Cooperativo.

Serão emitidos em quatro vias com os seguintes destinos: a 1.ª via ficará com o produtor para sua garantia; a 2.ª enviada ao Banco do Brasil ou seu preposto através da Prefeitura ou Ass. Rural e na falta desta para a Federação Rural, para crédito ao emitente e ao Fundo; a 3.ª via ao Ministério da Agricultura para formação do Cadastro Rural destinando-se a 4.ª para, obrigatoriamente, acompanhar o produto até seu destino. Todas as vias serão numeradas e devidamente rubricadas nas fontes de origem do produto pela Prefeitura ou seu Delegado e pelo produtor.

MULTAS — As multas decorrentes da apreensão de produtos desacompanhados do cer-

tificado de procedência, serão adjudicados ao município de onde procede o produto ou a quem denunciar e comprovar a irregularidade ou fraude, de conformidade com a regulamentação que for estabelecida.

COMISSÕES — Não serão reservadas quaisquer comissões às Prefeituras ou Associações Rurais, para promoverem a arrecadação porquanto com a exigência do certificado de procedência para trânsito extramunicipal, o produtor não poderá faltar-se ao pagamento integral dos impostos de vendas mercantis e outros existentes, como geralmente ocorre.

Os certificados virão assim preencher uma grande lacuna fiscal pois as Prefeituras passarão a ter um comprovante exato para estabelecer suas taxas, uma renda mais certa e outras vantagens decorrentes. De outro lado, tanto elas como os associados das Associações Rurais lograrão tais e tão assinaladas vantagens, a começar pelo aumento da produção por menor custo, que terão interesse em cooperar na emissão e fiscalização dos certificados e na arrecadação das respectivas rendas, como se verá mais a seguir.

ADMINISTRAÇÃO — A primeira administração do Fundo que será renovada de 3 em 3 anos, caberá a ORB integrada por um Conselho composto de um Presidente e de um suplente, indicados em lista tripla pelo Conselho Superior da Confederação Rural, para ser nomeado o que for preferido pela Presidência da República; de um representante de cada uma das Regiões Geo-econômicas; Brasileiros eleitos pelo mesmo Conselho da ORB, de um do Banco do Brasil de um do Ministério da Agricultura e de um do Ministério da Indústria e Comércio.

As deliberações do Conselho sempre que se trate de matéria não prevista no Regimento que para este fim for estabelecido, serão submetidas a Diretoria da Confederação Rural Brasileira, acompanhados de justificativas para que, sobre as mesmas se manifeste.

As deliberações do Conselho sempre que se trate de matéria não prevista no Regimento que para este fim for estabelecido, serão submetidas a Diretoria Brasileira, acompanhados de justifi-

cativas para que sobre as mesmas se manifeste.

As administrações subsequentes a primeira serão escolhidas pelos acionistas do Fundo, segundo for estipulado no Regimento e nos termos das Leis Cooperativas vigentes.

Além da Presidência e do Conselho a Administração compreenderá, apenas 4 setores: Secretaria — Contencioso, Cadastro e Técnico, dirigidas pela Presidência do Conselho ou seu suplente.

RESTRICÇÕES — A Administração do Fundo não poderá fazer empréstimos nem transações diretas, de qualquer natureza, com os Recursos do Fundo cabendo-lhe apenas controlar sua distribuição equitativamente para todas as Regiões, na forma estabelecida pelo Regimento, bem como, só poderá admitir o pessoal indispensável aos serviços administrativos dos quatro setores que a integrarão e serão localizados em sua sede.

APLICAÇÕES — Do Fundo arrecadado em cada município o Conselho, de acordo com a Confederação Rural, reservará a aplicação mínima de 5% para empréstimos agrícolas no próprio município, seja aos agricultores seja a Ass. Rural para criação de uma Cooperativa Agropecuária completa provimento de todo material agrícola usual e para aquisição de um ou mais tratores e respectivos implementos para prestar serviços remunerados aos agricultores; desde que existam pedidos nessa sentido que as garantias oferecidas satisficam as exigências usuais e se destinem a atividades agrícolas.

De um modo geral os empréstimos em espécie serão sempre feitos através do Banco do Brasil e da Rede Bancária Nacional, segundo as normas gerais vigentes e ainda obedecendo as sugestões dos técnicos do Ministério da Agricultura, sempre que indicadas e ouvidas as Associações Rurais para dizerem da idoneidade do interessado.

Uma das grandes vantagens desta atuação é que a fiscalização efetiva, embora indiretamente, da aplicação dos Recursos do Fundo, ficará a cargo da Associação Rural, pois a idoneidade dos candidatos a empréstimos será por ela exa-

minada, vez que entre seus Associados se encontram os Acionistas do Fundo Cooperativo e portanto interessados na boa aplicação dos seus recursos.

Também para a instação de cooperativas agropecuárias, para fornecimento de adubos, inseticidas e fungicidas, vacinas e maquinaria agrícola, o crédito será facilitado. O Fundo poderá igualmente facilitar empréstimos para trabalhadores agrícolas em terras distribuídas pelo Governo, porém, em nenhuma hipótese poderá adquirir propriedades ou terras para distribuição ou revenda.

No financiamento para execução de planos e sugestões do Ministério da Agricultura, em articulação com o Fundo, não poderão ser desviados recursos para admissão ou pagamento de pessoal técnico, salvo o de tratoristas e mecânicos.

PREÇOS MÍNIMOS — As associações rurais, quando devidamente autorizadas, ficarão habilitadas a adquirir os produtos agrícolas pelos mínimos estabelecidos pelo Poder Público, Decreto e Lei 50.411 de 5/4/61 e 1.506 de 19/12/51, secundando-o, nessa cooperação bem como, promover a colocação dos produtos assim amparados e, encaminhá-los aos órgãos responsáveis, pelo preço adquirido, a fim de que estes os recebam e lhe dêem o destino que for mais acertado. Para esse fim o Governo expedirá os indispensáveis atos.

JUROS — Os juros estabelecidos para os empréstimos deverão ser os mais módicos possíveis, atendendo a que o numerário, embora destinado exclusivamente para fins agrícolas, será, em grande parte, utilizado pela Rede Bancária disseminada pelos Estados.

COOPERAÇÃO COM OS GOVERNOS FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL

O Fundo atuará em estreita cooperação com estes órgãos, no sentido não só de facilitar a sua atuação, senão, também da fiel observância das Leis e Decretos que lhe disserem respeito.

DIVULGAÇÃO — De todo o movimento e atividades, será



HÁ MAIS DE MEIO SÉCULO VEM A NOSSA FIRMA FORNECENDO BÔAS MUDAS DE

Plantas Frutíferas e Ornamentais

FOLHETOS GRAT'S — ORÇAMENTOS SEM COMPROMISSO

Dierberger Agrícola Ltda.

Fazenda Citra

Cx. Postal 48 — fone 1121 — Tel. "DIERCO"
LIMEIRA — Est. de São Paulo

divulgado, mensal ou quinzenalmente, um boletim, a fim de que não só a classe, senão também a coletividade possa acompanhar as atividades do Conselho, cooperar para corrigir suas falhas, fiscalizar a aplicação dos Fundos e avaliar dos resultados obtidos com a implantação do Certificado de Procedência. Outrossim, para divulgar onde se encontram ou o verdadeiro destino dos produtos que sonegadores têm interesse em reter para provocar altas inadmissíveis e prejudicar a classe e a coletividade.

REGIMENTO — A Confederação Rural, com a colaboração do Conselho, elaborará o Regimento que deverá fixar as aplicações do Fundo e nortear suas atividades, regimento que ser submetido a aprovação do Governo. Qualquer alteração ou aditamento que o mesmo venha a exigir, só poderá ser posto em exercício após satisfazer esta mesma exigência.

SEDE — A Sede da Administração do Fundo será inicialmente e até ulterior deli-

beração na Capital da Guanabara.

RAZÕES QUE PERMITEM DE MODO SUSCINTO ASSEGURAR O APOIO E A INTEGRAL COOPERAÇÃO DO AGRICULTOR A CRIAÇÃO DO FUNDO E AO PAGAMENTO DA CONTRIBUIÇÃO FIXADA

1. A contribuição será mínima e levada a seu crédito e não para os cofres públicos;

2. Destinar-se-á, realmente, ao fomento da produção e seu consequente barateamento;

3. Facilitar empréstimos no próprio município onde exercemos atividades e sem as dificuldades e morosidades exigidas por vezes impossíveis de serem satisfeitas em curto prazo;

4. Poder adquirir, de imediato, o crédito e prazo justo e "in loco" adubos, inseticidas, fungicidas, implementos, arame farpado e mais material agrícola;

5. Receber este material sem o aumento que teria de pagar

quantidades e muito menor custo para entregá-lo às suas cooperativas, sem maiores ônus e com menor despesa de transporte;

5. Receber "in loco", o preço mínimo do produto assegurado pelo governo e recebê-lo, de imediato.

Releva ponderar que só as vantagens auferidas com a redução do custo do material adquirido em longa escala, para fornecê-lo sem maiores ônus e entraves ao agricultor, bastarão para torná-lo um eficiente cooperador para implantação do Certificado de Procedência.

Outro ponderável motivo é o de que, além da renda dos certificados não lhe ser tomada nem destinada ao empreguismo, ser aplicada sob sua própria fiscalização e em seu próprio benefício e no da coletividade, visando a redução do custo de vida.

COMO COMPLEMENTO

Realizar de modo amical e econômico um completo vinculamento da classe dentro da Associação Rural e destarte permitir a extensão imediata e segura das leis sociais aos homens do campo. Medida que assim se processaria sem choques contendentes, possíveis injustiças e mais falhas que a implantação desta imperiosa providência poderá ensejar e cumpre desde logo prevenir para que essa extensão venha realmente beneficiar o rurícola.

Sem a cooperação do Associativismo Rural a extensão será uma burla e uma fonte de empreguismo sem ou com reduzidas possibilidades de êxito. LEI N. 2.004 DE 3 DE OUTUBRO DE 1953 (Lei do Congresso Nacional)

Seção II

Do Capital da Petrobrás

Artigo 15: Os proprietários contribuirão anualmente até o exercício de 1957 com as quantias discriminadas na tabela anexa respeitado o disposto no Artigo 18 certificados que serão substituídos por ações preferenciais ou obrigações.

Parágrafo único — Os atos relativos a veículos automóveis compreendidos na competência da União só poderão ser realizados depois de feito o pagamento da contribuição a que se refere este artigo.

Artigo 16 — Os recursos serão recolhidos a conta ou contas especiais no Banco do Brasil.

CRUZADA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FLORESTAL

Oportunas considerações do relatório do Grupo de Trabalho instituído pelo Memorandum GP/MA n.º 42 de 5/4/1961

Eng. Agr. Geraldo Goulart da Silveira,
Diretor da S. N. A.

I — O Grupo de Trabalho

O snr. Presidente da República, através do Memorandum GP/MA n.º 42, de 5/4/1961, determinou ao Snr. Ministro da Agricultura, o que foi logo tomado valizar, a constituição de um Grupo de Trabalho com o fim especial de propor medidas para a conveniente defesa florestal no País.

Foi oportuna e útil a medida tendo-se em vista a necessidade imperiosa de serem tomadas urgentes providências com relação a nossa situação florestal que dia a dia torna-se cada vez mais calamitosa por motivos vários, de todos conhecidos, mas, especialmente, pela falta de uma consciência florestal decorrente da falta de uma conveniente educação florestal de nossa população.

Releva, salientar, que, de longa data, vem não só o Ministério da Agricultura como o Ministério da Educação e Cultura, promovendo medidas no sentido de uma adequada campanha de Educação Florestal, mas, forçoso é reconhecer que não tem havido continuidade nesse trabalho, razão pela qual não foram ainda atingidos os objetivos almejados.

Educação é um problema que exige continuidade e longo prazer.

O referido Grupo de Trabalho, integrado por pessoas ilustres, com um acervo de bons serviços prestados à educação florestal em nosso país como Victor Abdenur Farah, David de Azambuja, José Paulo da Silveira Cabral, Colombo Etienne Arreguy e outros elaborou um magnífico re-

latório que precisa e deve ter a mais ampla divulgação.

Entre outras medidas oportunas e do mais alto interesse para o país sugeridas pelo referido Grupo de Trabalho destaca-se a instituição da **CRUZADA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FLORESTAL**.

II — A Cruzada Brasileira de Educação Florestal.

De acordo com a sugestão do Grupo de Trabalho, — sugestão que merece o nosso apoio e aplausos — a *Cruzada Brasileira de Educação Florestal* substituirá:

a — a *Campanha de Educação Florestal* que o Ministério da Agricultura, vem realizando através do Serviço Florestal graças à dedicação, abnegação e entusiasmo de um grupo de pessoas que se interessam pela solução de nossos problemas florestais.

b — a *Campanha das Árvores*, que com igual entusiasmo vem realizando o Ministério da Educação e Cultura, através da Campanha Nacional da Educação Rural.

Com isso, entendemos, haverá benefícios pois serão somados os esforços, que vão realizar os dois Ministérios nesse sentido, aproveitando-se a experiência dos agrônomos e educadores no sentido da dinamização de uma ampla Campanha qual seja o da *Cruzada Brasileira de Educação Florestal*.

com tanto acerto sugerida pelo Grupo de Trabalho.

Será da mais alta relevância a atuação educativa da Cruzada de Educação Florestal uma vez que, a grande devastação florestal que se observa no país e, bem assim, o desinteresse não só do ruralista mas da população brasileira, com relação ao que diz respeito à defesa e conservação dos recursos naturais é o reflexo da ausência de um trabalho educativo de envergadura, através do território nacional.

E' bem verdade que não é fácil uma tarefa de tal âmbito, porém não é menos verdadeiro que, apesar das dificuldades e obstáculos o trabalho deve se levar a efeito com entusiasmo e dedicação com a máxima urgência.

Não podemos ficar indiferentes ao que de desatado vem acontecendo entre nós com relação às nossas reservas florestais.

III — Atribuições da Cruzada de Educação Florestal.

Segundo consta do relatório elaborado pelo Grupo de Trabalho que estudou sob todos os aspectos os nossos problemas florestais, devam constituir atribuições principais da Cruzada de Educação Florestal, entre outras as seguintes:

- 1 — Incentivar as comemorações da *Semana da Árvore* cuja instituição o Grupo de Trabalho sugere, tendo-se em vista a importância das árvores em todos os setores das atividades humanas e, em especial, no progresso dos países. Nesse sentido deve ser realizado um intenso trabalho junto às escolas de todos os níveis, junto aos quartéis, etc.;
- 2 — Incentivar, no país, a realização periódica de *Congressos, Seminários, Mesas Redondas*, etc., e, bem assim, participar de conclave que se realizarem com esse objetivo, em outros países.

- 3 — Incentivar a colaboração das Prefeituras Municipais para a criação de um *HORTO* ou *BOSQUE MUNICIPAL* junto a cada cidade brasileira;
- 4 — Incentivar junto aos Prefeitos Municipais a *arborização intensiva dos logradouros públicos* e dos terrenos baldios e premiar, anualmente, o município que apresentar mais arborização;
- 5 — Entender-se com entidades públicas autárquicas, estaduais e para estatais e bem assim com entidades particulares no sentido que uma delas, to âmbito, equacione a solução do problema florestal junto às populações;
- 6 — Manter interesse junto às entidades culturais, científicas, recreativas, esportivas para que inscrevam em seus programas de notória, a colaboração da Cruzada de Educação Florestal;
- 7 — Organizar material de divulgação para a imprensa, a rádio e a televisão;
- 8 — Manter o *Livro do Mérito Florestal*, onde serão registrados todos os nomes dos colaboradores da Cruzada e, bem assim, instituir e distribuir um diploma de *Mérito e Benemerência* aos estabelecimentos escolares, Associações Rurais e outras entidades e personalidades com serviços prestados à Cruzada.

IV — Considerações finais

Não se pode negar a importância e a prioridade

que se deve dar em nosso país aos problemas florestais.

Urge que medidas práticas, oportunas e objetivas sejam postas imediatamente em prática no sentido de criar-se a verdadeira mentalidade florestal de que tanto carece o país.

Entre essas medidas devem ocupar lugar de destaque, sem dúvida, aquelas selecionadas com a educação florestal, pois somente pela educação é possível valorizar-se algo de duradouro.

As providências relacionadas com a instituição da *Cruzada de Educação Florestal*, que com muito acerto e rara felicidade sugeriu o Grupo de Trabalho instituído pelo Presidente da República, para estudar os nossos problemas florestais e apresentar soluções para os mesmos, merecem o apoio e os aplausos de todos os brasileiros.

Oxalá em breve seja realidade entre nós uma *Cruzada de Educação Florestal* dotada de recursos suficientes para que possa realizar um trabalho profícuo em todo o território nacional.

Com relação ao elemento humano já contam o Ministério de Agricultura e o Ministério de Educação e Cultura, com um número de técnicos e educadores que embora pequeno é capaz de muito, face ao entusiasmo, dedicação e devotamento à causa da educação florestal.

Faltam, apenas, os recursos para o trabalho.

E' preciso que um pouco daquele que o poder público gasta para fazer face às necessidades de auxílio às empresas de transportes ferroviários, marítimos e aéreos — quantias que pesam de uma maneira muito acentuada no Orçamento Federal elevando assustadoramente o seu déficit — seja utilizada em uma Cruzada de Educação Florestal.

Os benefícios advindos de uma política de tal natureza são tal monta que compensarão sobejamente os gastos dela advindos.

Certa Indolência do Fazendeiro Brasileiro

JOSE RESENTE PERES

Agricultor em São Pedro dos Ferros M.G.

Quem já se interessou pelo destino de uma simples Associação Rural do interior ou dirigiu órgãos de âmbito nacional, como Associações de Criadores, há de ter sempre no coração uma amarga recordação. Há de lembrar que seu espírito público, encontrou pela frente um inimigo tremendo — a descrença, o conformismo, o “depois, apareço”, um “não, ser de nada” terrível. Uma vez contei minha tristeza a um grande ruralista, elamando que na direção de certa Associação estava fazendo papel de bôbo. Ele retrucou que era verdade, mas que o futuro do Brasil dependia desses bôbos, que, lutando contra tudo, procuravam levar à frente um programa. Sou ainda o mesmo “bôbo”, porque acredito no Brasil, pois tenho certeza de que um dia haverá um despertar de consciências, suaves, ou de qualquer jeito.

Somos nós os lavradores e criadores, a maior classe do país. Dizem as estatísticas que 70% de nossa população, direta ou indiretamente, dependem da Agricultura. Nossa indústria protegida vive da clientela rural que, não podendo importar com os dólares que seus produtos conseguem é forçada a comprar o pior pelo mais alto preço.

Somos os “bons moços” que concordamos com tudo. Na hora de se organizar um Ministério é ouvida a Confederação Rural Brasileira, nosso órgão, de cúpula? Não. São consultados os estudantes profissionais, os Sindicatos de trabalhadores na indústria, os interesses inconfessáveis. Atiram-nos o Ministro que que-

rem, seja medíocre ou não, capaz ou incapaz. E a tudo “engulimos” passivamente. Por que não nos ouvem? Por que tripudiam sobre os nossos direitos, por que ainda nos classificam de senhores feudais, latifundiários, ex-não adores, sonegadores, tubarões de lavoura etc?

Simplemente porque não somos organizados. Porque não acreditamos em espírito de união, porque nos entregamos passivamente como um sapo diante de uma cobra. Cretinamente.

Ninguém quer nada. Ninguém comparece aos Encontros Rurais, às Semanas dos Fazendeiros, às reuniões das Associações Rurais, às vezes não vão às exposições de produtos agro-pecuários. E, então, pagar as míseras contribuições mensais em dinheiro, muitas vezes da ordem de Cr\$ 50,00! E um Deus nos acuda.

Há muitas formas de suicídio. No Brasil estamos assistindo ao suicídio coletivo de uma classe que podia, que devia ser a mais importante. A mais influente, mas que prefere se omitir entregando o comando aos demagogos, aos profissionais da política.

Um deputado, por exemplo, é a favor de reforma agrária praticamente comunista. Pois garante que se se pudessem saber quais os seus eleitores encontrariamos entre eles muitos fazendeiros democratas e católicos.

Porque em matéria de critério, de seleção, para se eleger representantes, o que tem havido é um verdadeiro escân-

dalô. Por causa da nomeação de um parente ou cabo eleitoral, ou ainda pela simples transferência de um delegado ou uma diretora de grupo escolar, os altos interesses da classe e da Nação são traídos com a maior facilidade.

Que triste sensação tem um dos dedicados Presidentes de Associações Rurais quando convoca seus associados. Um foi pescar, outro caçar, um terceiro ficou esperando uma vaca parir e ao fim temos a pobre reunião com meia dúzia de homens.

Isto não pode continuar mais. Ou reagiremos ou nos entregaremos de braços abertos à quinta coluna soviética que de nosso produtor rural não espera outra coisa para dar-lhe ordem unida e disciplinar militar.

É preciso dar todo o apoio às Associações Rurais. É preciso comparecer às reuniões, aumentar o número de sócios, construir sedes, criar serviços e cooperativas, apoiar as Federações Estaduais, prestigiar a Confederação Rural, O Associativismo Rural, nas democracias, é a arma mais profícua para defesa das classes, para a defesa de um estilo de vida livremente escolhido.

Já vi o entusiasmo de fazendeiros reunidos, procuram debelar uma praga regional ou apagar um incêndio em suas pastagens, suando juntos, lutando ombro a ombro para o fim comum. No entanto, que adianta tanto ânimo para uma pequena causa, se para a maior de todas. Parecem estranhos? Que adianta defender uma peque-

(Continua na Pág. n. 52)

UM ANO DE PROFÍCUA ADMINISTRAÇÃO

O que foi a solenidade comemorativa do 1.º aniversário da Administração do Sr. Flávio Britto à frente do Conselho Regional do Serviço Social Rural da Guanabara

Foi condignamente comemorado o primeiro aniversário da administração do Sr. Flávio Brito, da ditetoria da Sociedade Nacional de Agricultura à frente do Conselho Regional do Serviço Social Rural do Estado da Guanabara, com uma reunião na sede da entidade, promovida pelos seus auxiliares, admiradores e amigos.

Compareceram à solenidade e emprestaram seu apoio e admiração ao Ilustre Presidente do CR-GB, representantes do Ministério da Agricultura, da Secretaria de Agricultura do Estado, da Confederação Rural Brasileira, da Sociedade Nacional da Agricultura, do Serviço Social Rural Nacional da Escola de Horticultura Wenceslão Bello, dos Executores dos numerosos acordos mantidos pelo CR-GB, de representantes de outras entidades que mantêm relações com o CR-GB tais como Associações Rurais, Cooperativas e outras, os funcionários do CR-GB e um elevado número de amigos e admiradores do homenageado.

Usaram da palavra, na ocasião, enaltecendo a atuação do ilustre ruralista e salientando, principalmente, o que vem ele realizando em prol dos ruralistas em geral e daqueles que labutam no Sertão Carioca, entre outros, os Srs. Kurt Repsold, ex-Presidente do CR-GB, o Sr. Alípio Goulart, da Confederação Rural Brasileira, o Sr. Luiz Marques Poliano, da Sociedade Nacional de Agricultura, o Sr. Octavio Amaral, do Serviço Social Ru-



O Sr. Flávio Britto, quando agradecia as manifestações de apreço e de amizade dos seus amigos, colaboradores e admiradores, tendo ao lado o Sr. Luiz Marques Poliano, da Sociedade Nacional de Agricultura e o Sr. Alípio Goulart, da Confederação Rural Brasileira.

ral Nacional, o dr. Armando David Ferreira Lima, do CR-GB, o sr. Juvenal de Azevedo, Presidente da Associação Rural de Viegas, o Sr. Eurípedes Ferreira Lins, Presidente do CR do Amazonas e outros ruralistas.

Ponto alto da solenidade foram as palavras de carinho e de reconhecimento da ilustre D. Eunice Weaver, que tem dedicado sua vida em prol dos filhos dos lazaros, que acentuou o quanto a Flávio de Brito devem essas crianças especialmente aquelas que vivem no Educandário Santa Maria.

Por último, usou da palavra

o Sr. Flávio Brito, que disse da satisfação com que trabalhava à frente do CR-GB seguindo e procurando ampliar, na medida do possível, a trilha de seus antecessores.

Disse de seu propósito que continuar, com todo empenho, dedicando a máxima atenção em benefício do homem rural e de suas famílias, contando como conta, com o apoio e a colaboração de tantos amigos da Sociedade Nacional da Agricultura, do Serviço Social Rural, do Ministério da Agricultura, das Associações Rurais e em tantos outros setores.



Aspecto parcial da numerosa assistência que lotou completamente o recinto do Conselho Regional do Serviço Social Rural do Estado da Guanabara, por ocasião da comemoração do 1.º aniversário da administração do Sr. Flávio Britto.

Técnicos Norte-Americanos visitam a Escola de Horticultura Wenceslão Bello e demais dependências da Sociedade Nacional de Agricultura localizadas na Penha



Portão de Entrada da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello"
Pela Avenida Brasil n.º 10.215

No dia 13 de Outubro a Escola de Horticultura Wenceslão Bello, mantida na Penha, pela Sociedade Nacional de Agricultura, teve a grata satisfação de receber um grupo de técnicos americanos, que ali compareceram para conhecer as atividades de assistência técnica americana à nossa agricultura, especialmente através do que vem realizando o Projeto 38, resultante de um acordo entre o Escritório Técnico de Agricultura Brasil-Estados Unidos e a Sociedade Nacional de Agricultura.

Integraram o grupo, o Embaixador William H. Draper, Presidente, o General Douglas V. Johnson, o Sr. Ludwell L. Montagne, da Agência Internacional para o Desenvolvimento, AID Tho-

mas E. Naughton, da mesma Agência, Sr. C. Edward Welles, do Serviço de Informações dos Estados Unidos, Sr. Henry B. Constanzo, do mesmo Serviço, o Dr. Jack Kubisch, Ministro Diretor da AID, o Sr. Ray Solono, Técnico do Programa de Assistência da AID, Roberto H. Warrens, Vice Co-Diretor do ETA e Merrill B. Assay, Técnico de Educação Agrícola do ETA.

Receberam os ilustres visitantes, o Diretor da Escola de Horticultura Wenceslão Bello e Diretor do Projeto n. 38, o Diretor do Centro Cooperativo de Treinamento Agrícola, o Diretor do Centro Audiovisual da Guanabara, o corpo docente da Escola de Horticultura Wenceslão Bello e outros,

Os visitantes se detiveram,

em especial, na visita à Oficina Rural instalada na referida Escola com a colaboração do ETA e ao Centro Audiovisual da Guanabara, mantido pelo Convênio SNA-CRGB e que conta, também, com a valiosa colaboração do ETA.

Os visitantes expressaram a satisfação de verificarem a objetividade dos trabalhos realizados, e, em especial, da própria Escola que vem contribuindo de uma maneira decisiva para a concretização de tão oportunos empreendimentos.

O ministro Dr. Jack Kubisch dirigindo-se aos alunos e professores teve a oportunidade de consignar a satisfação dos visitantes pelo que lhes foi dado observar salientando a utilidade das realizações em andamento na Oficina Rural e no Centro Audiovisual da Guanabara, frisando a valiosa colaboração das entidades.

Designado pelo Diretor da Escola, usou da palavra o Diretor do Centro Audiovisual que salientou as vantagens da colaboração norte americana que as referidas entidades vem recebendo através do ETA e dizendo dos planos da Sociedade Nacional de Agricultura de ampliar cada vez mais as atividades das referidas dependências do grande Centro de Ensino e Estudos Rurais que ela está pouco a pouco instalando na Penha.

O Guandú na Crise do Feijão

CLÓVIS TEIXEIRA

Se em cada sítio, chácara, granja, por esse São Paulo afóra, reservasse o agricultor meio alqueire de terra, ou meio hectare, para o cultivo do valioso, precioso, prodigioso e substancioso guandú, nós teríamos garantida uma excelente alimentação e enfrentariamos, galhardamente, a crise do feijão. O guandú é poderoso alimento, é ervilha superior (de debulhar), proporciona sôpa sem rival, salada de feijão ímpar e... produz com chuva ou sem chuva. Além do mais, é um notável transformador de solos cansados, enriquecendo-os sobremaneira quando incorporamos a esses solos ramos e folhas do guandú, espalhando o material vegetal sobre o terreno, simplesmente.

O feijão guandú (ou guando), é leguminosa muito comum entre nós, mas, no entanto, o seu plantio para a alimentação humana é pequeno. Quando tivermos o feijão guandú em abundância nas propriedades agrícolas, presente nas mercearias, nos mercados, nas feiras, terrenos, então, uma excelente leguminosa para competir com o feijão comum, evitando-se, assim, a exploração dos consumidores pelos altistas.

Pesquisas realizadas no laboratório do SASP trouxeram a conclusão de que o guandú é o feijão de mais alto teor proteico, depois da soja, pois contém 25,85% de protídios. É, também, o que possui hidra-

tos de carbôno em maior proporção. Quanto à taxa de gorduras, é, mais ou menos, equivalente à dos outros elementos dessa espécie.

É preciso pôr em relêvo que essa leguminosa é uma das melhores fontes alimentares de ferro (12 miligramas por cento), chegando a rivalizar, nesse ponto, com o fim e o fígado, sendo sua cota de cálcio superior à dos outros feijões. Possui, também, as vitaminas do complexo "B", notadamente a "B-1".

Essas qualidades nutritivas, citadas, fazem do guandú um alimento de grande utilidade na dieta do brasileiro e será benéfico incluí-lo, freqüentemente, em nossos cardápios.

Quando plantamos um pé defeijão guandú, (terras baixas, alagadiças, não servem), arbusto que atinge a altura de 2 e meio a 3 metros, mais ou menos, temos uma pequena árvore que produzirá durante 4 a 5 anos, abundantemente, enfrentando as secas com galhadia. Planta melífera, é muito visitado pelas abelhas quando da florada.

Os interessados no plantio do guandú devem solicitar meio (1/2) quilo de sementes da variedade "Fava Larga", ao nosso benemérito Instituto Agrônomo de Campinas, endereçando o pedido ao senhor Diretor Geral — Caixa Postal n.º 28 — Campinas — Estado de São Paulo.

COM



ADUBANDO DÁ

Em qualquer tipo de cultura...



FORD

É O TRATOR QUE DÁ MAIS LUCROS

— é o único construído especialmente para a agricultura nacional!

Com seu motor, de 56 H.P. o Ford brasileiro 8 BR Diesel realiza faanhas praticamente impossíveis. Por exemplo: consumindo apenas 5,7 litros de combustível por hora, sob rigoroso controle do Ministério da Agricultura, provou seu excepcional rendimento, arando um alqueire "paulista" (24.200 m²) em menos de 4 horas. O Ford 8 BR Diesel é o único trator especialmente projetado para lavar a terra brasileira. Rende o máximo nas diversas condições de trabalho, com todos os implementos. Economiza nos custos de manutenção. Amplia seus lucros na lavoura. Antes de comprar o seu trator, vá a um Revendedor Ford e comprove pessoalmente por que o Ford 8 BR Diesel é o melhor instrumento de trabalho para obter o máximo rendimento na sua fazenda!



PRODUTOS DA FORD MOTOR DO BRASIL S.A.



Ara melhor e mais rapidamente.



Insuperável na gradeação.

OFERECE MAIOR RENDIMENTO EM QUALQUER ESPÉCIE DE SERVIÇO!



Excelente veículo para colheita e transporte.



Abre e conserva caminhos.



Elimina ervas daninhas. Deixa o terreno desimpedido.



Aduba e planta com perfeição.



Raspa o terreno. Prepara valetas de escoamento, ou de irrigação.



Raspa e transporta estérco, em currais e pastos.

ESTAS SÃO ALGUMAS CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS DO SEU TRATOR FORD:



Bitola ajustável — de 52 a 64 polegadas, em espaços de 4 polegadas, para perfeita adaptação em qualquer tipo de cultura.



Tomada de força — para adaptação da polia na parte traseira. Comandado por alavanca, à esquerda da caixa central.



Levantamento hidráulico — universal, de 3 pontos. Extrema facilidade de manobra do conjunto trator-implemento.



Contador de horas-serviço — para perfeito controle econômico da operação do trator (manutenção, troca de óleos, inspeções etc.).



Caixa de 8 velocidades — para melhor rendimento, de acordo com o tipo de trabalho ou serviço em que o trator é utilizado.

Financiado pela Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil

CRUSTÁCEOS E PEIXE DE ÁGUA SALGADA E ÁGUA DOCE (HOLANDA)

S. H. I. — Este ano, como nos anteriores, a Holanda dedicará grande atenção às investigações científicas no terreno da pesca marítima. As investigações focalizarão principalmente algumas variedades de peixes de extraordinária importância econômica como o linguado, o rodvalho e a pescadinha. Quanto ao arenque, procurar-se-á obter em 1962. A principal matéria de estudo será a forte diminuição, que todos os anos se comprova, do número de arenques na zona meridional do Mar do Norte. Ao mesmo tempo, se procederá à elaboração e sintetização dos dados reunidos em 1960 e 1961 sobre o arenque jovem; dar-se-á prosseguimento, também, ao estudo das possibilidades de racionalização e mecanização da pesca do arenque com redes de arrasto.

Quanto à cultura de ostras, as pesquisas ficarão concentradas principalmente nos problemas que serão apresentados pelo viveiro experimental do "Veerse Meer", que entrará em produção em 1962.

As investigações sobre a pesca no lago Yssel se centralizarão no rodvalho, peixe que voltou a este lago em quantidade surpreendentes, graças ao método de admissão de peixes jovens desenvolvido pelo Instituto Nacional de Investigações Pesqueiras. Procura-se também incrementar a riqueza do rodvalho e do lúcio.

Um estudo realizado pela Inspeção da Pesca sobre esta atividade nos rios e águas interiores da Holanda revelou que a pesca é exercida em proporção equiva-

lente pelos pescadores profissionais e os que a praticam como esporte. A evolução foi paulatina; sobretudo no decorrer dos últimos 10 anos, vem-se verificando a crescente participação da pesca esportiva em águas interiores.

A capacidade da frota de pesca holandesa aumenta continuamente, sob a influência de uma aspiração consciente do aumento da Produtividade. Na construção das novas embarcações pesqueiras procura-se obter sempre uma ampliação das suas possibilidades. A construção de um barco de arrasto frigorífico e outros tipos novos de embarcações demonstra que a indústria pesqueira está ciente da imperiosa necessidade de um reacionalização dos métodos de produção e elaboração. No aumento da capacidade da frota pesqueira a que antes aludimos, verifica-se uma acentuada preferência pelos barcos de arrasto e os cutteres com motores mais potentes.

As quantidades de arenque, cavala e outros peixes de mar capturados em 1960 alcançaram um total de cerca de 190 milhões de kgs. com um valor de mais de 101 milhões de florins (cifras correspondentes em 1950: 160 milhões de Kgs. e 54 milhões de florins).

O aumento refere-se ao arenque fresco, à cavala e ao peixe redondo e chato. A exportação de peixe de mar fresco e arenque fresco teve um desenvolvimento favorável. As vendas ao exterior de arenque salgado contudo, sofreram uma queda de aproximadamente 1

milhão de kgs., em comparação com o ano anterior.

Entre os compradores dos produtos da pesca holandesa figuram em primeiro lugar e bastante destacados os países integrantes da União Econômica Européia, com 75% para o arenque salgado e 74% para o peixe fresco.

O consumo interno na Holanda de peixe e produtos de pesca mantém-se em nível mais ou menos constante, com cerca de 10 kgs. per capita. O aumento das importações de filé de peixe congelado a baixa temperatura parece indicar uma crescente preferência por este produto.

Nestes últimos anos, a produção de mexilhões no mar da Frísia vem sendo cinco vezes maior do que a da província da Zelândia. Aliás, a produção total holandesa mostra um excepcional aumento. A Holanda chegou mesmo a converter-se no maior exportador de mexilhões da Europa Ocidental. Estão sendo adotadas as medidas necessárias para intensificar a produção no mar da Frísia, já que em um futuro próximo desaparecerá a zona de consequência à execução do Plano Delta.

As exportações de ostras revelam um desenvolvimento bastante favorável. A Bélgica e a França solicitam quantidades cada vez maiores do tipo menor de ostras. Quando a França liberou a importação de ostras, este país passou a ocupar o segundo lugar, logo depois de Bélgica, na lista dos compradores do produto holandês.

AGRICULTORES AVICULTORES E CRIADORES

Prof. Geraldo Goulart de
Silveira — Diretor da S.N.A.

ingressarem em suas COOPERATIVAS de
classe para defender seus interesses

Os efeitos benéficos do COOPERATIVISMO já são evidentes

e mais se acentuam graças à campanha de esclarecimento

e divulgação que o ACÓRDO CR-UCOEG vem efetuando

na zona rural

Os Museus nas Escolas da Zona Rural

Prof. Geraldo Goulart da
Silveira — Diretor da S.N.A.

Nas escolas localizadas na zona rural não devem faltar jamais os museus escolares, por mais modestos que sejam, pois constituem êles, quando bem organizados, verdadeiros **centros de cultura geral**, muito instrutivos, educativos e de grande alcance pedagógico.

Segundo o Eng. Agr. Roberval Cardoso, professor com relevante fôlha de bons serviços prestados ao ensino agrícola e à educação rural em nosso país, visa o museu escolar "criar no rurícola espírito de observação, respeito à natureza, mentalidade científica e civismo consciente da grandeza e possibilidades econômicas da Pátria".

Ainda de acôrdo com os conceitos do ilustre educador, o museu escolar "procura mostrar aos moradores dos campos, os recursos da terra e os meios de melhorar seus lucros e nível de vida".

Como bem se deduz dos conceitos acima, nas escolas localizadas no meio rural os museus escolares não se destinam, apenas, aos alunos; êles devem ser franquizados a toda a comunidade rural, pois, através dêles consegue-se despertar a atenção dos habitantes do local para as observações relativas à natureza que os cerca, mas

ainda, despertar a atenção para a própria escola, o que é, sem dúvida, de grande alcance, pois não se concebe a escola divorciada do meio onde ela se encontra.

Paulo Roquette Pinto, educador de saudosa memória, em seu livro *História Natural* lembra que "iniciando e aumentando o seu próprio museu, a escola abre à crianças novos horizontes, alarga-lhes a visão do mundo, desenvolve nos alunos o gosto pelo estudo da natureza que os cerca, incute-lhes hábitos de observação concreta e de raciocínio, torna-os ordeiros e disciplinados".

Não é demais salientar o importante papel da escola rural no seio da comunidade.

Ele deve constituir o centro das atividades da comunidade rural, devendo dela sempre partir bons exemplos, boas idéias, estímulo e incentivo para a população rural local.

E' por êsse motivo que se recomenda, com insistência, que as associações rurais, congregando os rurícolas de uma determinada região, se empenhem com todo entusiasmo para a criação de escolas.

Através de bons, objetivos e bem organizados museus escolares consegue-se:

a) — incentivar no adolescente o gosto e o interesse pelo estudo dos seres vivos, dos minerais, das rochas, etc., e assim sendo, estudos sobre os recursos naturais da região, é quicá, do próprio país. Um estudante que faz a colheita do material e éle próprio prepara os exemplares para o museu tem a oportunidade de fazer inúmeras observações úteis e interessantes e adquirir, sem dúvida, maior interesse e gosto pelo estudo da natureza que o cerca, o que constitui, indiscutivelmente, uma condição favorável para a aprendizagem;

b) — desenvolve, de uma maneira muito acentuada, os hábitos ordeiros indispensáveis para a organização de bem preparadas e cuidadas coleções, o que constitui, sem dúvida, um bom hábito que todo estudante precisa adquirir;

c) — desperta e desenvolve no aluno a capacidade de observação, condição indispensável para o estudo da natureza. São inúmeras e de grande valia as observações que os estudantes podem fazer comparando os exemplares de animais, plantas, rochas, etc., por êles próprios coligidos e preparados;

d) — desperta, na população rural, o interesse pelos estudos dos recursos naturais da região, o que constitui um processo educativo e instrutivo de grande alcance.

Não são outras as razões pelas quais os museus escolares devem merecer toda atenção e incentivo dos professores e orientadores de escolas rurais pois eles representam um recurso pedagógico de inestimável valor.

Róberval Cardoso em seu magnífico trabalho Museu Rural, editado pelo Serviço de Informações Agrícola do Ministério da Agricultura lembra as seguintes coleções que não devem faltar nos museus escolares das escolas localizadas no meio rural:

1 — **Coleção botânica** — abrangendo coleções de órgãos das plantas para estudo da botânica geral e de plantas alimentícias, aromáticas, ceríferas, floríferas, gomíferas, medicinais, oleaginosas, ornamentais, produtoras de madeiras úteis, resinosas tantes, têxteis, tintoriais, tóxicas, parasitas, etc.

2 — **Coleção zoológica** — abrangendo animais vivos, taxidermados, couros espichados, desenhos, fotografias, estampas, etc., de animais úteis ao homem, nocivos ao homem, úteis às plantas, úteis a outros animais, nocivos a outros animais, cantores, ornamentais, etc.

3 — **Coleção entomológica** — abrangendo animais úteis ao homem, nocivos ao homem, nocivos a outros animais, úteis às plantas em geral, nocivas às árvores frutíferas em geral, nocivas às árvores florestais, nocivas às hortaliças e flores, nocivos às pastagens e culturas temporárias, nocivos às culturas dominantes na região;

4 — **Coleção mineralógica** — abrangendo minerais de construção, para cerâmica, decoração e estatuária, dietéticos, combustíveis, minerais preciosos e semipreciosos, minerais ornamentais, minerais para telecomunicações e eletricidade, estratégicos e radio ativos, de ferro-liga, etc. A coleção também abrange os solos agrícolas.



POLVILHAÇÃO PULVERIZAÇÃO NEBULIZAÇÃO

**MOTO
POLVILHADEIRA**



Combate às pragas da Lavoura e dos Animais

Distribuidores exclusivos:

**SOCIEDADE COMERCIAL E INDUSTRIAL
LASEC LTDA.**

Av. Rio Branco, 85 - 16.º andar - ss/1601 e 1602

Tels.: 23-0913 e 23-2101 — Rio de Janeiro

5 — **Peças patológicas** — em meio líquido, herborizados, em estampas desenhos, fotografias, de doenças do homem, de doenças dos animais e de doenças dos vegetais.

6 — **Peças de indústrias rurais** — abrangendo as indústrias alimentares (açucareira, alcooleira, vinícola, óleos e gorduras, amido, industrialização de frutos, conservação de hortaliças, conservação de carnes e peixes, indústria de laticínios) e indústrias não alimentares (cerâmica e olaria, indústria de combustíveis, indústria de cortume, do fumo, da madeira, do bambú, de

resíduos indústrias aproveitáveis, de sabões, de indústria têxtil, de indústria de cestaria.

7 — **Peças geográficas** — abrangendo mapas e roteiros de seringais, ervais, etc. cartas ferroviárias e rodoviárias, dados e notícias meteorológicas da região, etc.

8 — **Peças históricas regionais** — abrangendo objetos pré-históricos, objetos históricos, fotografias de fatos históricos, selos, etc.

9 — **Peças folclóricas.**

10 — **Peças de engenharia rural.**

À CLASSE RURAL

TEMAS E SUGESTÕES

ARRUDA CÂMARA

TIPO 4

FIXADOS QUATRO TIPOS AS AMÊNDOAS DE CACAU

O ministro Armando Monteiro Filho, da Agricultura assina correlação de número de amêndoas de cacau em 500 gramas, alterando, nesse particular, as tolerâncias contidas nas especificações da Portaria n.º 361, de 20 de abril de 1980, para efeito da classificação e fiscalização, válida até 21 de março de 1962.

344

TOLERÂNCIAS

As novas tolerâncias estão assim estabelecidas:

Tipo 1 ou Superior — Cacau bem fermentado, são, limpo, bem seco, de aroma natural, sem odores estranhos ("Hom fat" inclusive), contendo uma amostra de 500 gramas de 450 a 600 amêndoas, admitindo-se apenas os seguintes defeitos e porcentagens: 2% de defeitos capitais, 27% de defeitos secundários, sendo 23% de violeta, 2% de comuns e 2% dos demais defeitos; e, ainda 23% de amêndoas quebradas.

TIPO 2

Tipo 2 a Bom — (Correspondentes a "Good-Fair") — Cacau bem fermentado, limpo, são, de aroma natural, sem odores estranhos (inclusive amostra de 500 gramas de 450 "Hom fat"), contendo uma a 650 amêndoas, admitindo-se, apenas, os seguintes defeitos e porcentagens: 4% de defeitos capitais, 37% de defeitos secundários, sendo 30% de violeta, 3% de comuns, 4% dos demais defeitos e, ainda, 3% de amêndoas quebradas.

TIPO 3

Tipo 3 ou Regular — Cacau fermentado, são, limpo, contendo de 450 a 700 amêndoas, admitindo-se apenas os seguintes defeitos e porcentagens: 5% de defeitos capitais, 46% de defeitos secundários, sendo 38% de violetas, 3% de comuns, 7% dos demais defeitos e, ainda, 5% de impurezas.

Tipo 4 ou Inferior — Cacau fermentado e seco que não alcançar a classificação de regular, admitindo-se os seguintes defeitos e porcentagens: 13% de defeitos capitais, 16% de defeitos secundários e, ainda, 15% de amêndoas quebradas e 5% de impurezas. Não será computado como defeito o violeta. O cacau que não alcançar a classificação do tipo 4 ou Inferior será considerado "refugo", não podendo, como tal, ser exportado.

345

A PONDERAR

Seleções do "Reader's Digest" número 180 (Janeiro de 1957) publicou o seguinte, atribuído a Theodore Roosevelt, vigésimo sexto Presidente dos Estados Unidos da América do Norte:

"Quem deve ser levado em conta não é aquele que censura, não é aquele que denuncia os tropeços dos fortes ou as limitações dos beneméritos. O valor pertence ao homem que está de fato na arena, cujo rosto está desfigurado pela poeira, pelo suor e pelo sangue; que luta valentemente; que erra, falha e torna a falhar; que conhece os grandes entusiasmos, as grandes dedicações; que se empenha numa causa justa; que, quando vence, conhece finalmente a vitória das grandes realizações, e na pior das hipóteses, se fracassa, será enquanto se aventura magnificamente, de modo que seu lugar nunca será junto àquelas almas timoratas que não conhecem a vitória nem a derrota".

Theodore Roosevelt

MADEIRA DE LEI

Getúlio César em "CURIOSIDADES DA NOSSA FLORA" dá ao Bálamo a significação de MADEIRA DE LEI.

Ao tempo do Brasil colonial havia disposições legais dando a necessidade de licença autorizando a detubação de árvores tais como indispensá-

veis à construção, fábricas de móveis, tanoarias, etc., ficando protegidas e amparadas pelo Governo.

A proteção era absoluta.

Estava, nesse número o Bálamo e outras madeiras que até agora são conhecidas como Madeiras de Lei.

Não se construía ou realizava-se "obras de arte", sem que fosse obtida a licença da autoridade.

O bálamo, conhecido por óleo vermelho apresenta o peso específico de 0,93 a 0,98 e a resistência ao esmagamento de 685 a 766. As análises feitas pelo Instituto de Pesquisas Agronômicas apresentaram os seguintes resultados:

Umidade	12,12
Amido	15,89
Bálamo	30,21
Proteínas	4,65
Cinzas	3,87
Celulose e não dosados	33,25

É a seguinte a sinonímia vulgar e científica do bálamo — São nomes comuns, entre outros, os seguintes, no Brasil: — óleo, óleo pardo, pá de óleo, cabriuva, cabiuna, cabriuba, óleo vermelho, balsamina, etc., São denominações científicas: — "Ministia officinalis", Mart., "Myrocarpus fastigiatus", Lam., "Tolulifera perulifera", L., "Myrospermum erythroxylum", Fr. Al., "Myroxylon peruliferum", Myrocarpus fastigiatus", Fr. Al. D. Benth Pickel OSB; dá a denominação científica de "Turuifera perulifera" J. S. Decker consigna as denominações "Mioxylon tolulifera", H. B. K., "Mioxylon peruliferum", L., "Tolulifera balsamum", Cav., e "Tolulifera perulifera", Baill., "Mioxylon erythroxylum", Fr. Al., Luetzenburg, citando o Bálamo de Goiás e o nome científico de "Myroxylon peruliferum".

Sob os nomes vulgares de Pau de Sangue, em São Paulo Minas Gerais, Goiás, Espírito Santo e Bahia (Cabriuva, Cabriuna, Cabriuva preta, Cabriuva amarela, Óleo Pardo e Pau de rato Freire Alemão lá os nomes científicos de "Myrocarpus fastigiatus" e "Mloxocarpus frondosus".

O ÓLEO VERMELHO E O ÓLEO PARDO são "Meroxylon toluliferum" e "Myrocarpus", sp.

Na medicina popular os frutos são empregados como excitantes e antidispéicos; exi-

gindo, porém, estudos e observações cuidadosos.

O prof. F. W. Preise diz que a casca é tanífera na proporção de 28 a 36 e a seiva atua como adstringente, antisséptico e resolutivo.

Sob a denominação popular de princeza "Nabá" e "Hoitzil", contada pelo escritor salvadoreño, — velho chefe indígena, — chamado Arruê, os velhos índios, levavam as crianças indígenas para adorar ao Bálsamo dizendo "êste é o Hotzil". É sagrado e grande, bom e temo muito. Assim como êle te ama, ama-o tu também para que te faça bem te dê seu coração e te favoreça com sua graça".

Dessa lenda originou-se na costa do Pacífico atraente Bosque.

O Bálsamo é muito útil e empregado em construções, tanhoaria, etc. Alcança o vegetal até 25 metros. "Myrospermum pereirae", Boyle. Não habita a república do Peru. É conhecido no Brasil e na República do Salvador

THEODORE ROOSEVELT CAÇANDO NAS SELVAS DO BRASIL

Entregando-se às caçadas de PUMA E DO JAGUAR NAS SELVAS DO BRASIL abateu na fase da viagem a princípio uma PUMA e um Jaguar, tendo de contar com a presença de Rondon que o acompanhava juntamente com outros companheiros, inclusive um filho do próprio Roosevelt.

As vítimas — o PUMA e o JAGUAR, — animais disputados pelos caçadores, abatidas pelo Presidente Roosevelt, preferiam alimentar-se à custa dos rebanhos ribeirinhos.

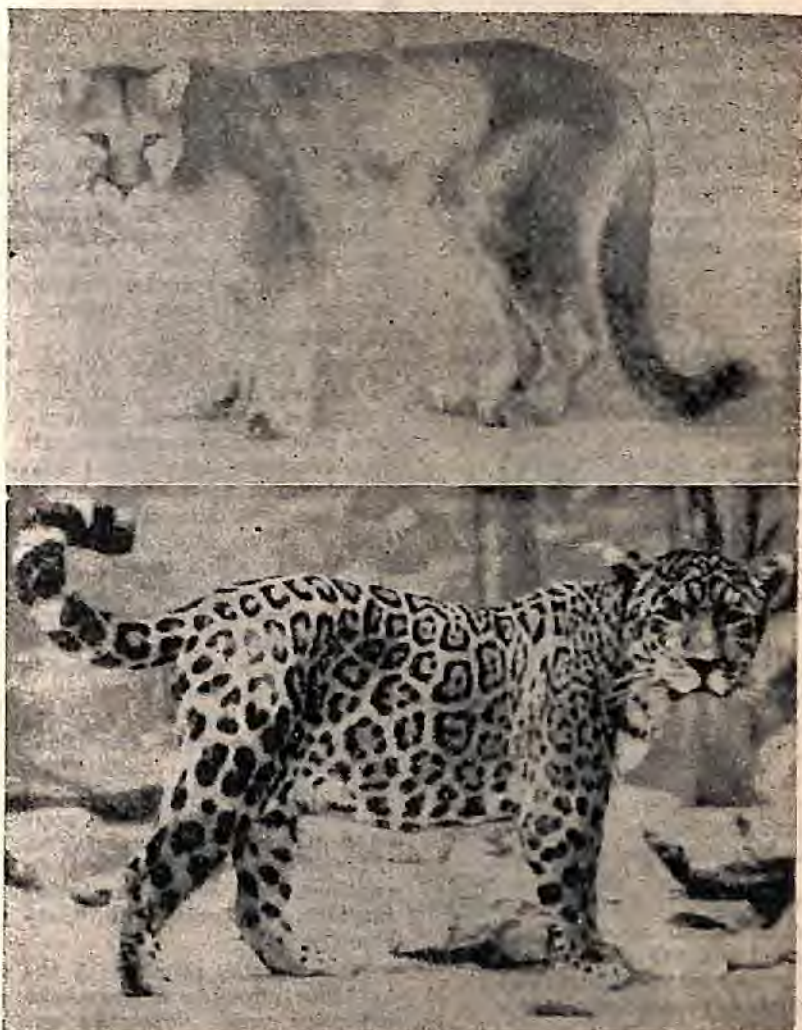
As caçadas foram feitas antes de alcançarem o Rio da Dúvida que depois recebeu o nome de Theodore ou de Roosevelt.

Ao trilharem o rio da Dúvida o interesse voltou-se para alcançar o porto de Belém.

— 348 —

UNIFORMIZAÇÃO DA CO- LHEITA DO ABACAXI

Telegramas publicado na imprensa de Nova York dá esperanças de apressarmos a unificar a época da colheita do abacaxi, da qual possuímos cêr-



Animais abatidos pelo Presidente Theodore Roosevelt:

1) — Puma, 2) — Jaguar.

ca de 15 por cento da produção mundial.

O produto, segundo informam naquela Capital, onde foi organizada uma companhia de produtos químicos, permite aos plantadores de abacaxi marcar a época do amadurecimento e da colheita, com economia de mão de obra, transporte e enfiamento.

Experiências feitas no Brasil e no México provocaram o amadurecimento dois meses mais cedo que a época normal da colheita e sua uniformidade.

— 349 —

O BABAÇU

São produtores de babaçu os seguintes Municípios: — Amazonas Parintins, "Pará"

Abaetuba, Alemquer, Altamira, Bragança, Capanema, Itupiranga, Juruti, Marabá, Monte Alegre, Obidos, Salinópolis, Santarém, Viseu; "Maranhão" — Alcântara, Anajatuba, Arará, Axixá, Bacabal, Bacuri, Baixo Mearim, Balsas, Barão de Grajaú, Barra do Corda, Benedito Leite, Bequimão, Brejo, Buriti, Buriti Bravo, Cajapió, Cartapera, Caxias, Chapadinha, Codó, Coelho Neto, Colinas, Coaracy, Cuiabá, Grajaú, Guimarães, Icatú, Igaratinga, Imperatriz, Ipixuma, Itapicuru, Mirim, Loreto, Mirador, Monção, Morros, Nova York; Paranaíba; Passagem Franca; Pastos Bons; Pedreiras; Pernalva; Peri Mirim; Pindaré Mirim; Pinheiro; Porto Franco; Presidente Dutra; Riachão,

Rosário; Santa Helena; São Bento; São Bernardo; São João dos Patos; São Luís; São Vicente Ferrer; Timbiras; Timon; Turiaçu; Urbano dos Santos; Vargem Grande e Vianna; "Piauí" — Alto Longá; Altos; Amarante; Barras; Batalha; Beneditinos; Bertolínea; Buriti dos Lopes; Esperantina; Floriano; Guadalupe Jurumena; José de Freitas; Luzilândia; Miguel Alves; Palmeiras; Parnaíba; Piri-piri; Pôrto; Regeneração; São Pedro do Piauí; Terezina; União; Uruçui; Valença do Piauí; "Ceará" — Bartalha; Baturite; Crato; Ibiapina; Inhuê; Ipueiras; Itaipoca; Juazeiro do Norte; Marangape; Pacoti; São Benedito; Tianguá; Viçosa do Ceará; "Bahia" — Camassari; Jacobina; Mata de São João; "Minas Gerais" — Coração de Jesus; Guia Lopes; Januária; Monte Carmelo; "Mato Grosso" — Cuiabá; Rosário Oeste; "Goiás" — Araguacema; Arraias; Catalão; Chapéu; Igua-tins; Na'ividade; Paraná; Pôrto Nacional; Tocantinópolis.

(Elementos Reunidos pelo Dr. Alpheu Diniz Gonsalves; relativos ao ano de 1948; no seu livro "O BABAÇU" — Considerações científicas; técnicas e econômicas; SIA).

— 350 —

LACRE

Até deixar o cargo de chefe

de culturas da Escola Agrícola de São Bento das Lages (Bahia), quando foi contratado para as Obras Contra as Secas onde veio a exercer as funções de Botânico, sua especialidade, viajando os Estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí, Philipp von Luetzelburg estudou a vegetação e respectiva composição.

"Nas encostas norte da serra do Araripe próximo ao cume composto de arenito, deparamos com uma vegetação exquísita, composta de arbustos baixos densos, muito trançados e bem desenvolvidos, quando os "agrestes" no alto. Essa vegetação arbórea, na qualidade de mato ralo e alto, somente existe no cume a Leste da serra, completamente chato, é composta de uma associação de árvores de porte altivo, com troncos retos do tipo dos agrestes verdadeiros, cuja classificação fitogeográfica pertencem. Mais para Oeste, em direção ao Estado do Piauí, perde pouco a pouco o caráter arbóreo, baixando até tomar o tipo de caatinga, com vegetação intermediária do caráter do "carasco".

Nas encostas próximas à orla Leste circunda a vegetação arbustiva uma vegetação exquísita, composta de arbustos baixos, densos, com forte ramificação, rica de folhagem pequena, coberta de pêlo sedoso



— Mimoso — formação na parte central do Estado do Piauí, próximo ao município de Simplicio Mendes. Vegetação xerófila, constituída de Mimosáceas, tipo florístico da Caatinga e dos Agrestes.

ou de uma camada gomosa que dá às folhas o aspecto lúcido e brilhante do "lacre", dando sem dúvida o nome da formação.

O "lacre", não é nada mais que uma espécie de "caoeira" de mato ralo, do tipo do agreste. As famílias que contribuem mais para a composição da flora arbustiva são:

Rubiáceas;
Leguminosas;
Bignoniáceas;
Meliáceas;
Anonáceas;
São altivas:
Piqui;
Visgueiros;

Pau d'arco, diversas espécies.
O "lacre" que cinge os agrestes no cume da serra tem uma largura de dez a vinte quilômetros, correndo tanto na parte Norte como ao lado Sul e



Formação de lacre nas orlas Leste da Serra do Araripe — Ceará.

finda justamente ali onde os "agrestes" desaparecem introduzindo-se uma vegetação "suja" de "carrasco" que finalmente se transforma em caatinga invadindo o Oeste da serra em direção ao Piauí. O "lacre" é típico e original da serra do Araripe; não existindo similar denominação em outra região paucida em outra região do "sertão". O rompimento da serra e de sua vegetação não é difícil quando se trata dos "agrestes", devido à densidade e tremamente penoso, quanto ao "lacre", devido à densidade e forte ramificação, comparável ao tipo caatinga nas chapadas do Piauí".

— 351 —

PANASCO

Panasco é denominação local, puramente.

Significa vegetação semelhante, em certo grau, ao "lacre". Ocorre na zona de transição entre os "agrestes" verdadeiros e as "caatingas", às vezes entremeados com o carrasco.

São, muitas vezes, quasi sempre, xerófilas, principalmente na zona dos sertões.

Informa o botânico Luetzelburg que encontrou o Panasco na região do alto rio Gurgueia, no extremo do Estado do Piauí.

Na zona dos "agrestes" e das "caatingas" dos municípios de Ingá; Serra Redonda; Itatuba; no Estado da Paraíba, é frequente ocorre; após as colheitas. Nasce o "panasco" geralmente no alto. Alimenta o gado que soltam depois da colheita.

Além do "panasco" é comum nascer a "milhã" que é visitada pelas "ribeirinhas" que nossa época fazem a postura... São muito procuradas.

As "ribeirinhas" são caçadas, inclusive com arapucas.

As arapucas de espera os cercados permitem engordar-las.

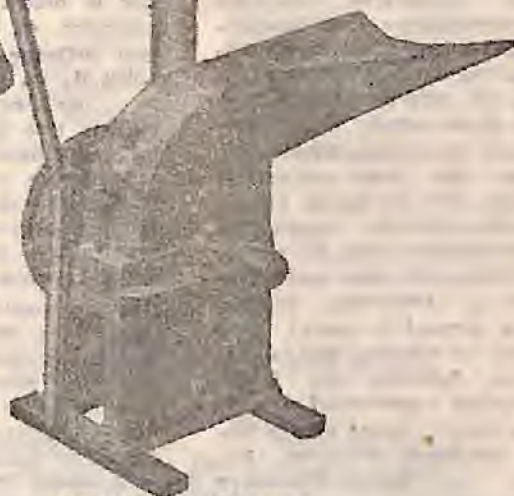
— 352 —

NOTA

Luetzelburg considera como "ativos" os vegetais arbóreos que se desenvolvem conjuntamente com o "lacre".



econômicos,
eficientes...
duram muito
mais!



DESINTEGRADORES

CASE

a martelos de rotação rápida

É o melhor para sua fazenda, granja, fábrica ou indústria. Construído em dois modelos — H-10-B de 15 a 20 HP e H-14-B de 20 a 23 HP — tritura, mói, desintegra alfafa, feno, bagaço e póps de cana, milha em espiga (com ou sem palha), milho em grão, palha e casca de arroz, mandioca, café etc. Peneiras com diferentes medidas de furos (de 1/32" até 2"), conforme o material moído. Dependendo do material, a capacidade de produção horária do desintegrador Case, funcionando com Peneiras de 1/4", varia entre 440 e 1.670 quilos.

FATORES DE MAIOR RENDIMENTO

- Mesa de fácil alcance e grande alimentação.
- Moagem rápida, calha aperfeiçoada
- Ventilador poderoso, coletor-ciclone
- Mancais de rolamentos especiais
- Mate-

rial sólido que assegura muitos anos de uso.

MOINHOS DESINTEGRADORES

a martelos rotativos e com ensacadores.

Modelos H-10-B e M-14-B

Póps de 9 cm (3 1/2"), 3.000 a 3.400 RPM.



Distribuidores Exclusivos para o Estado da Guanabara, Estado do Rio, Espírito Santo, Minas Gerais (exceto Triângulo Mineiro)

Agentes nas principais cidades

GEOVIA — Comércio e Engenharia S.A.

Rio: Av. Venezuela, 27 — s/208-210 — Tel. 43.6329

B. Horizonte: Rua Tamoios, 924 — Tel. 2-8248

COOPERATIVISMO E CRÉDITO AGRÍCOLA

Por Fábio Luz Filho

Como o assinalamos em "Teoria e prática das sociedades cooperativas", já afirmava Wenceslau Belo que os bancos populares italianos eram necessários como banqueiros de outras formas de cooperativas, sendo também "matrizes de crédito agrícola", e, além disso, mais aperfeiçoados que as caixas-econômicas, de vez que seu mecanismo bancário lhes dá maior maleabilidade, estando igualmente em convivência com as classes populares, pela sua descentralização e tendência para o crédito pessoal e moral.

Além do "Banco Mutua Populares Agrícola de Lodi" que realiza "operazioni di crédito agrario", temos dentre outros (Cremona, Piacenza, Padova), o "Banco Populares Cooperativa di Novara", "Banca Populare Cooperativa di Alfedena", todos com "enerazioni di prestito agrario".

Rodino e Coppola D'Anna referem-se, também, a essas operações, como o faz agora Fantini e como o fez o Fomento Agrícola Federal ao elaborar as Instruções complementares" à lei 17.339, de junho de 1926, incorporadas à atual 22.293, de 1932.

O velho Courtols (1890) já se referia a "des opérations de crédit agricole" nos bancos Luzzatti.

As características de solidariedade ilimitada, mutualidade, ausência de capital, área de ação restrita, gratuidade das funções administrativas, indivisibilidade do fundo de reserva, mão-distribuição de retornos, juntou o professor Castrovieja, para as caixas rurais, mais uma, e de relevância: empréstimos para fins reprodutivos.

As Darleenskassen (caixas Raiffeisen) são consideradas a mais bela criação, do ponto de vista moral e econômico,

que á se inventou para o crédito agrícola.

"La Darleenskasse se propose aussi un double but: donner le crédit aux populations agricoles, et exercer sur elles une influence bienfaisante au point de vu materiel et morale... en exerçant sur l'agriculteur une sorte de patronage bienveillant".

O ilustre padre Nogueira já aludia, com ênfase, ao aspecto econômico-moral das caixas rurais tipo Raiffeisen, centro e fundamento também, de outras cooperativas e associações. Para ele a caixa rural de sentido raiffeisiano poderia definir-se como uma cooperativa de crédito, de responsabilidade solidária e ilimitada de todos os associados, sem capital social propriamente dito, limitada a uma localidade pequena, com administração a-tuita e ausência de toda idéia de lucro ou de especulação, destinada a promover o bem-estar material e moral da população rural. O seu caráter ético é a segurança de suas operações, fugindo ela aos empréstimos destinados ao luxo ou a mero passatempo, assim como aos de estrito consumo improdutivo. Essas operações não entram na esfera própria delas, a não ser com certas e dos que são os perigos do abuso do crédito onde não exista educação moral e econômica.

Eis como são caracterizadas as caixas rurais suíças:

- 1.º — As cooperativas rurais de crédito são instituições de ajuda ao agricultor. Elas se propõem resolver, sobre uma base pessoal, o problema das necessidades de crédito da população rural. Olham de preferência as virtudes do trabalho consciencioso do agricultor.
- 2.º — São instituições de ajuda mútua e não sociedades filantrópicas.

3.º — Colimam um duplo fim: o fim econômico, de satisfação das necessidades de crédito de seus associados, e o fim social ético, da solidariedade orgânica entre os associados. A divisa do liberalismo econômico "contribuir para o interesse geral obtendo o lucro individual", as caixas rurais Raiffeisen opõem esta: o "Self-help pela ajuda mútua".

A tendência, na própria Alemanha atual, é organizar as cooperativas rurais de crédito com 130 a 140 membros em média, para melhor se aproximarem das populações rurais e dar-lhes reduzidas despesas gerais, uma administração fácil, uma colaboração ativa dos associados, na direção e na fiscalização das mesmas.

As crédito unions do Canadá da América do Norte, emprestam somente a assalariados (cunho urbano), num caráter pessoal, destinados os empréstimos, no geral, a despesas para mobiliário doméstico, pagamento de honorário a médicos ou despesas de hospitais, instrução e educação dos filhos, impostos, seguros e despesas semelhantes.

A maior publicação a respeito de cooperativas de crédito, a do Bureau International du Travail, e data de 1945. No capítulo das "cooperativas urbaines de crédit" (bancos populares) dá relevo ao tipo Schulze-Delitzsch e suas modificações, inclusive no que tange à responsabilidade, que passou a ser limitada em todos eles. E assim mesmo figuram como estando "à la disposition des groupes de producteurs independants ayant de faibles ressources: artisans, petits industriels et commerçants, agriculteurs". Quanto ao movimento do crédito rural, é ele exposto exaustivamente por esse Bureau em dois tomos.

A lei brasileira 22.293, no § 3.º do artigo 30, dá às caixas Raiffeisen o caráter fundamentalmente agrícola que têm em todo mundo e caracteriza o tipo Luzzatti.

No Brasil as caixas Raiffeisen só florescem nos Estados do Sul, notadamente no Rio Grande do Sul, nas zonas coloniais de origem alemã.

Estudo Ecológico da Batata na Baixada Fluminense

(SOLANUM TUBEROSUM)

Foram aproveitados para o estudo anexo, dados colhidos no Instituto de Ecologia e Experimentação Agrícolas do S. N.P.A.) no Km. 47 da rodovia Rio-São Paulo.

O estudo compreendeu em linhas gerais:

1. Desenvolvimento da tuberação e da parte aérea da planta durante o ciclo evolutivo da cultura;

2. Influência dos fatores climáticos na produção quantitativa e qualitativa dos tubérculos.

Foram realizados (8) oito ensaios periódicos com plantios de 20 em 20 dias a partir de 11-4-60 e terminados em 29-8-60, tendo sido empregadas (4) quatro variedades de batata.

Após a emergência, foram realizados arranquios periódicos e 20 em 20 dias em número de (5) cinco, com medição e pesagem da parte aérea, contagem e pesagem dos tubérculos em (3) três classes de tamanhos, de (5) cinco plantas colhidas ao acaso durante o ciclo evolutivo das culturas. Dos fatores climáticos analisados verificamos que a variação da média da temperatura mínima e do total de chuva registrado durante o ciclo evolutivo da batata, foram os que mais influenciaram na tuberação e desenvolvimento do tubérculo.

No primeiro arranquios (20) vinte dias após a emergência e (30) trinta dias de ciclo evolutivo, a produção média em gramas de (5) cinco plantas, dos (8) oito plantios correspondentes as (4) quatro variedades experimentadas, foi colocada num gráfico de ordenada — chuva total e abscissa — temperatura mínima (média).

Analisando o início da tuberação no primeiro arranquio observamos o seguinte:

Variedade A — A tuberação baixou em número e peso

F. D. Azevedo — A. B. Serra
— C.A. Lourenço

com a ascensão da mínima acima de 15° mas ainda tuberiza quando a chuva ultrapassam 6mm, considerado ótima (2mm por dia) e a temperatura 16°. Abaixo de 40mm e acima de 16°, desfavorecem a tuberação.

Variedade B — A partir de 14° e chuva de 60mm a tuberação decresceu, sendo que abaixo de 40mm e acima de 16° foi prejudicial.

Variedade C — O limite da temperatura para tuberação nesta variedade foi de 14°. Acima de 15° com chuva favo-

rável não iniciou a tuberação.

Variedade D — Até 15° e mesmo 16° com chuva ótima de 50 a 60mm ainda tuberizou. Em todas as variedades a pouca chuva a nosso ver, não prejudicou o início da tuberação, salvo em D, mais exigente de umidade no solo; entretanto, a cima de 75mm (2,5mm por dia) a tuberação foi quase nula.

Segundo arranquio — 50 dias de ciclo

Variedade A — Com a média de temperatura mínima variável de 14° a 16° e chuva de 60 a 100mm (1,2 a 2mm por dia) o desenvolvimento dos tubérculos foi satisfatório. Acima de 16° e 100mm de chuva, ou abaixo de 50mm declinou em número e peso.

Variedade B — Acompanhou a variação da variedade com relação a temperatura e chuva para o desenvolvimento dos tubérculos.

BOMBAS HIDRAULICAS

DANCOR

INDÚSTRIA BRASILEIRA



CENTRIFUGAS

- Com motores elétricos monofásicos de 1/4 a 1 H.P. trifásicos de 0,75 a 5 H.P.
- Com motores a gasolina auto-aspirante de 1. 1/4 H.P. altapressão de 1. 1/2 a 5. 1/2 H.P.

A VENDA NAS BOAS CASAS

Fabricadas e garantidas pela

DANCOR S. A. INDÚSTRIA MECÂNICA

Caixa Postal, 5.090 — End. Teleg. "Dancor" — Rio de Janeiro

Variedade C — As mesmas características da variedade B, com limite da chuva entre 40 e 110mm.

Variedade D — Maior exigência com relação a chuva cujo limite foi acima de 70mm para uma produção satisfatória.

Terceiro arranquio — 70 dias de ciclo

As produções mais elevadas das quatro variedades ficaram dentro da faixa de temperatura 14° a 16° e chuva 60 a 140mm, salvo em C, com limite mínimo acima de 60mm. Além de 16°, as variedades diminuíram de produção.

Quatro arranquio — 90 dias de ciclo. Tubérculos desenvolvidos: período de maturação.

As maiores produções permaneceram na faixa 14° a 16° e chuva de 110 a 17mm. Acima de 16° as variedades baixaram de produção.

Quinto arranquio — 110 dias de ciclo — Faze terminal do ciclo evolutivo das culturas.

As variedades que apresentaram arranquios com maior número de tubérculos e peso foram as que iniciaram e desenvolveram grande parte do ciclo evolutivo com temperaturas na faixa de 14° a 16° e chuva de 140 a 190mm. Acima de 16° e 190mm abaixo de 140mm as produções foram menores. Com temperatura acima de 19° não houve germinação — brotação do tubérculo — na maioria dos casos.

— R E S U M O —

1. As produções mais elevadas corresponderam aos (4) quatro primeiros plantios — 11 — 4 — 60 a 10 — 6 — 60, períodos em que as médias das temperaturas mínimas oscilaram de 14° a 16° nos primeiros arranquios e chuva entre 130 a 190mm, durante o ciclo evolutivo.

2. Acima de 16° nos primeiros arranquios e 190mm de chuva, ou abaixo de 130mm durante o ciclo evolutivo, as

produções diminuíram em número, tamanho e peso de tubérculos.

3. Temperaturas acima de 18° e chuva variável, a germinação brotação dos tubérculos — foi praticamente nula.

CONCLUSÕES

Dos elementos meteorológicos analisados no primeiro ano de ensaio com a cultura da batata, apresentamos as seguintes conclusões:

a) A época mais favorável ao plantio da cultura da

batata na Baixada Fluminense, está compreendida entre os meses de abril — maio.

b) O início da formação dos tubérculos na maioria das variedades terminou no primeiro arranquio — 30 dias após o plantio.

c) O segundo arranquio — 50 dias após o plantio — apresentou os tubérculos formados e em pleno desenvolvimento.

d) O quarto arranquio — 90 dias após o plantio — apresentou a maioria das variedades com o ciclo evolutivo terminado — início de murchamento das folhas

Adubos

fortificam as terras fracas

CADAI

RIO

Des. Prop. CADAI

UMA FÓRMULA PARA CADA CULTURA - SOLICITE FOLHETOS E INFORMAÇÕES, GRATUITAMENTE

CADAI

CIA. INDUSTRIAL DE SABÃO E ADUBOS

Agentes exclusivos do Salitre do Chile para os Estados da Guanabara, do Rio e Espírito Santo

Rua México, 111 — 12.º andar (Sede própria)

Caixa Postal, 875 — Telefone: 31-1850-rêde interna

Economia Pecuária no Rio Grande do Sul

O artigo que abaixo publicamos é da lavra do Professor Antônio Saint Pastous, médico, é um dos mais esclarecidos e destacado líderes ruralista do País, com atuação destacada no Rio Grande do Sul, onde desenvolve há longos anos trabalhos notáveis no setor da pecuária. E também o presidente da Federação das Associações Rurais daquele Estado.

O mundo vive com fome de carne.

Há e haverá, por tempo indefinido, insuficiência de carne para o consumo mundial.

A proteína é indispensável à alimentação do homem.

A dieta mundial é carente de proteínas animais.

Duas terças partes da humanidade vivem e morrem em estado de carência alimentar.

"As estatísticas das Nações Unidas demonstram que, se não forem aumentadas em 25% as produções de carnes, leite e cereais, a humanidade marchará para crescente estado de fome mundial, em menos de 10 anos."

"Só o aumento da produtividade e a incorporação de áreas de terras não aproveitadas poderão afastar do mundo o espectro da fome."

"Ao Brasil cabe a responsabilidade de tornar-se um dos maiores países produtores de alimentos. O Brasil possui a maior área do mundo em reserva potencial para criação pecuária."

Segundo previsões do plano Salte, o rebanho bovino nacional, da ordem de 70 milhões de cabeças, poderia passar para 185 milhões, e atingir 300 milhões de cabeças, em regime de intensa produtividade.

O Brasil, e por excelência o Rio Grande do Sul, está enquadrado no princípio básico de capacitação para exportação de carnes, graças ao equilíbrio existente, na relação de 1:1, entre o índice demográfico e o nível de população bovina.

"A pecuária exerce e tende a exercer poderosa in-

fluência na economia agrícola nacional."

"Técnicamente organizada e economicamente aproveitada, aumentará em valor, qualidade e quantidade, proporcionando ao país imensa riqueza."

A rede agrícola ultrapassa a ordem de 200 milhões cerca de 30% da renda nacional.

Consta nas recomendações do plano Salte que o Brasil, com exportação de carne, poderá produzir divisas-ouro em nível equivalente à exportação de café.

A pecuária tem contribuído com mais de 11% no cômputo total da renda nacional.

A produção pecuária já excedeu a do café em cerca de 50 bilhões de cruzeiros, e seu rendimento nacional atinge cifra igual à soma da receita resultante da cultura conjunta do milho, arroz, algodão, trigo, feijão e batata.

O Brasil, e especialmente o Rio Grande do Sul, oferece condições naturais para competir, nos mercados de exportação de carne bovina, com a Argentina, o Uruguai, a Austrália, a Nova Zelândia e a África do Sul.

INDÚSTRIA DA ALIMENTAÇÃO

A maior fonte de riqueza econômica do Rio Grande do Sul está radicada na produção agro-pastoril, essencialmente na produção de alimentos.

Esse imenso patrimônio econômico encontra-se, todavia, em estado potencial, muito aquém da sua próxima capacidade produtora.

O Estado do Rio Grande do Sul será poderosa po-

tência econômica quando houver atingido plena maturidade na industrialização de suas matérias-primas, especialmente a carne, o leite e a lã.

O processo da industrialização do "frio", como solução para o abastecimento do mercado de consumo interno, e como etapa preliminar para exportação, é a condição básica de sobrevivência da economia pecuária sul-rio-grandense.

Para o Estado do Rio Grande do Sul, o ciclo da subindústria do charque deverá ser superado, por três razões decisivas: primeiro, por obsoleto e antieconômico o atual processo de retenção de mercadoria em pilhas de inverno, à mercê de mercado instável, sujeita à descapitalização; segundo, porque a zona sul do país já não está em condições de concorrer com o Brasil Central no mercado nordestino; e, em terceiro lugar, por ser um contra-senso subestimar o alto padrão zootécnico do nosso gado de corte, transformando precioso e raro produto nutricional em subproduto de secundário valor alimentício.

Não obstante a intercorrência periódica de fatores desfavoráveis, de ordem climática, e cujos efeitos não são, todavia, insanáveis, o Estado do Rio Grande do Sul, por suas características ecológicas preponderantes, está predestinado ao desenvolvimento da indústria da alimentação, que representa o centro de gravidade do progresso industrial, e a condição básica da riqueza econômica e da paz social da nação.

O imenso acervo de riqueza e poderio da mais

livre nação do mundo — os Estados Unidos da América do Norte, não provêm direta e preponderantemente do seu arsenal de indústrias pesadas. A sua fonte primordial de vitalidade econômica reside nas indústrias de alimentação, em cujo campo se fazem maiores investimentos de capitais que em qualquer outro setor industrial.

Em planos de desenvolvimento econômico é de importância capital prioridade às fontes de produção que dispõem, em condições favoráveis, do manancial de matérias-primas para sua industrialização.

Tem o Rio Grande do Sul, no campo da produção agro-pastoril, recursos inesgotáveis e diversificados de ricas matérias-primas, para criar e expandir a indústria da alimentação.

Privilegiadas as nações, como o Brasil, cuja extensão territorial e cujo crescimento demográfico lhes permitem desenvolver e manter, dentro de suas fronteiras, mercados próprios para consumo de suas indústrias essenciais.

Em 10, 20 ou 50 anos, o Nordeste e o Centro-Oeste do Brasil, recuperados em sua economia e desenvolvidos em seu potencial demográfico, com alto poder aquisitivo, constituirão mercados de perspectivas imprevisíveis para o celeiro de alimentos, que é a zona sulina do país.

No campo da economia agro-pastoril, o Rio Grande do Sul cresceu em extensão, mas não evoluiu em rendimento proporcional.

Salvo o real progresso zootécnico de nossos rebanhos, o sistema de criação pecuária, de um modo geral, ainda subsiste em sistema antieconômico e predatório.

Não houve evolução do estágio de produção extensiva para o nível de produtividade econômica e social.

Aumentar em caráter de economia social, a capacidade da terra, é o que se deve entender por produtividade agrícola.

Produtividade não é apenas aumento de produção, mas depende essencialmen-

te do alto nível de rendimento econômico por unidade de tempo e de área cultivada.

Produzir maior quantidade, de melhor qualidade, com menos despesas, com menos tempo e com menor esforço, eis em que consiste o sentido de produtividade.

Do ponto de vista de economia social, produtividade é a "humanização do objetivo da produção: como distribuição equitativa, com alto poder aquisitivo e com padrão de vida condigno".

O caminho do progresso consiste, portanto, na marcha da produção para a produtividade.

Voltando os olhos para a realidade agro-pastoril no Rio Grande do Sul, e de um modo geral, em todo o país, ressalta a evidência a que longe estamos do limiar da produtividade agrícola. Compulsando dados estatísticos, oriundos de fontes oficiais, verifica-se que os níveis oscilantes da produção assinalam expansão de áreas utilizadas, e consignam acréscimos de valores nominais, mas, invariavelmente, denunciam baixos níveis de rendimento.

O mecanismo sócio-econômico da produtividade é um complexo sistema de inter-relação de vários fatores, entre os quais o preço de custo da produção de importância decisiva. "Qualquer progresso técnico será socialmente inútil, se não reduzir o preço de custo da produção". O preço de custo é o pósto-chave da produtividade.

Fomentar a produção, sem planificação, sem assistência técnica, sem pesquisa científica, sem racionalização do trabalho, sem crédito adequado, sem previsão e provisão de oportunidades medidas na comercialização interna e na exportação de excedentes, sem transporte fácil e sem armazenagem, sem visão econômica de conjunto na esfera estadual, e com promoção ao intercâmbio nacional e internacional, é combater a incongruência de sustentar uma economia anti-social.

Nem o aumento da oferta será bastante para forçar a baixa do preço de consumo, pela simples razão de perdurarem em nível negativo os fatores essenciais à produção com produtividade. Em muito que pese a paradoxo aparente, haverá, nesse caso, carestia com fartura, por serem inacessíveis seus bens ao poder aquisitivo no consumo interno, e por serem gravosos seus padrões de custo na competição dos mercados internacionais.

A política econômica da produção deverá cada vez mais se integrar na órbita mundial de interdependência, em regime de oportunas e compensadoras trocas de utilidades essenciais ao trabalho e à vida do homem.

Nações do velho e do novo mundo rompem barreiras alfandegárias com tendências à criação de comunidades de livre intercâmbio comercial.

Já não basta que a produção de alimentos obedeça ao fundamento econômico de auto-suficiência nacionalista, mas que corresponda ao objetivo de sentido social. Não basta produzir alimento, mas urge dispor de alimentos com fartura e por preços acessíveis ao consumidor.

O quinquênio governamental de 1956-1960 desfechou sobre a economia da produção de alimentos pesado impacto de proporções estardalhadas, que se projetam até nossos dias, sem qualquer providência salvadora.

James, como medida de preservação da paz social.

O custo da produção é que regula a política de preços e o poder de elasticidade no mercado do consumo.

Entre outros fatores responsáveis pelo alto custo da produção e consequentemente, pelo flagelo da carestia de vida, sobressaem o aviltamento inflacionário da moeda circulante; a iniqua política cambial na balança de importações e exportação; a disparidade de preços e valores nos frutos da produção e nos bens essenciais ao trabalho e à

subsistência do produtor; o tabelamento de preços artificiais; o gravame fiscal; o desequilíbrio gerado pela promoção de indústrias secundárias e supérfluas em detrimento da indústria primordial da produção agrícola.

Focalizamos, até aqui, dois ângulos do problema concernente à carência de produtividade da economia:

1.º — O baixo nível de rendimento por unidade de tempo e de área utilizada;

2.º — o alto custo da produção.

Façamos, agora, referência a um novo aspecto da questão, e que é representado pela interferência de fatores limitantes da expansão econômica da criação pecuária.

DESGASTE — DESPERDÍCIO E CONTRADIÇÕES

Há anos passado, em visita ao nosso país, um economista afirmou que, no Brasil, a restauração das suas finanças deveria começar com a recuperação do que se perde.

Eis uma rude expressão da realidade nacional.

Em um plano de desenvolvimento econômico caberá com urgentes medidas e amplos recursos, prioridade a um programa nacional de combate ao desperdício, ao desgaste e às contradições que atentam contra as tendências naturais e as perspectivas de expansão das fontes de enriquecimento do país.

São de tal ordem numerosas as raízes desse polvo tentacular, que apenas haverá tempo para mencionar, em enunciados sem comentários, as que se seguem:

1.º — As sangrias periódicas no rebanho pecuario por falta de água nas estiações estivais, e de reservas forrageiras no inverno.

2.º — A perda de cerca de dois anos de rendimento e na engorda bovina, por carência de pastos nos períodos críticos, representando um desfalque de quase 40%.

3.º — O baixo nível do desfrute para o mercado de abate, na média de 11 a 13%, e com precária percentagem de rendimento.

4.º — A febre aftosa campeando endemicamente; a tuberculose e a brucelose reduzindo a taxa de produção.

5.º — O carrapato, a piropilomose, as verminoses, as parasitoses, as enfermidades e as pragas agrícolas.

6.º — A deficiência de entrepostos frigoríficos para estocagem, nas entre-safras, dos produtos perecíveis e deterioráveis: carne, ovos, frutas, hortaliças, etc.

7.º — O primitivo e oneroso transporte de gado "em pé" da região pastoril para os mercados de consumo.

8.º — O obsoleto e antieconômico sistema de distribuição no mercado de consumo interno, gravando o acesso da mercadoria do produtor ao consumidor, com a exploração do intermediarismo oportunista, e com a elevada taxa de fisco.

9.º — A política de tabelamento de preços artificiosos para o produtor, jogando-se contra os efeitos sem combater as causas.

10 — 30 a 40% do desfrute bovino desviado para a subindústria do charque.

11 — A política cambial, cercando a exportação de excedentes, a pretexto de evitar o encarecimento do custo de vida.

12 — A política de fixação de cotas de gado para a indústria "do frio", provocando crises nos grandes frigoríficos, que passam a funcionar nos períodos de safra com apenas 18,5% da sua capacidade de industrialização.

13 — Apesar da banha ter caído de produto nobre para subproduto antieconômico, a suinocultura não evoluiu para raças de carne.

14 — O desfrute de suínos anda em torno de 40%, enquanto que em países da Europa chega a ultrapassar 100%.

15 — As intempéries periódicas arrastando as colheitas, sem a despesa do seguro agrícola idôneo e eficaz.

16 — Cerca de 40% da produção deteriorando-se em certas zonas por deficiência e encarecimento de transporte.

17 — Programas de cultivos sem provisão de sementes certificadas e de resistência aos agentes hostis.

18 — Apenas 30% da produção de milho é exportada, e ainda não está difundida a variedade híbrida, cujo rendimento é superior a 25%.

19 — O consumo de trigo no país figura entre os de mais baixo nível em todo o mundo.

de mais baixo nível em todo o mundo.
20 — A colônia velha, com seus minifúndios espoliados, desertou, em busca de outras metas e de novas terras para depredar.

21 — O desflorestamento, como fator de dilapidação da própria vida dos elementos do meio ecológico.

22 — O encarecimento do custo da cultura de arroz pelo regime de participação em parceria de terra e água, pela predominância da irrigação mecanizada e pela colheita manual.

23 — A produção agropastoril, de tipo capitalista, ao império da tendência expansionista, sem investimentos reprodutivos, ampliando seus domínios, para compensar, com a extensão, a precariedade de rendimento por área explorada.

24 — O Rio Grande do Sul, mantém-se, em grande parte, nas atividades do setor primário, importando produtos manufaturados com suas próprias matérias-primas.

25 — Estabelecimentos industriais de fiação, tecelagem e outros, em paralisação por incapacidade de reajustamento técnico.

26 — Sem tradição sólida de país exportador e sem oportunas franquias de licenças cambiais, a exportação de excedentes está em crise permanente.

27 — O sistema de comercialização das safras de trigo e de arroz, reiniciando ano por ano nos mesmos erros, parece constituir-se em motivação para denunciar a sua inoportunidade para a economia do Estado.

28 — A própria política de fixação de preços mínimos, visando à segurança e à sobrevivência da produção, e instituída como poder moderador no mercado de consumo, tende a converter-se em medida de imprevisíveis efeitos contraditórios, de tal ordem é complexa e heterogênea a diversificação regional da estrutura econômica, para ser programada e sancionada em regime de centralização administrativa, sem a oportuna e capacitada audiência do Estado e das classes produtoras.

29 — O critério de regulamentação do crédito oficial no financiamento da produção agrícola, tanto na lavoura como na pecuária, não tem sido reajustado na proporção dos valores e preços atuais, em permanente elevação.

30 — As cooperativas, desprovidas de crédito próprio para suprir seus associados dos bens essenciais ao trabalho da produção, com preços de custo e com prazos de safra, não podem corresponder aos seus objetivos específicos.

Na política nacional de

desenvolvimento econômico, existem graves erros de origem e de perspectivas.

A falta de planejamento de âmbito federal, com base em planos regionais, é um erro de origem.

Os erros de perspectivas decorrem da ignorância ou da negligência da verdadeira realidade do país.

De um e de outros, tem resultado a reincidência no vício da improvisação, com soluções de emergência.

Um plano de desenvolvimento econômico-social requer estruturação escalonada em etapas sucessivas:

1.º — Equilíbrio do "status" financeiro.

2.º — Prioridade para investimentos em programas de imediata reprodutividade econômica, e que correspondam a impostergáveis interesses de ordem social.

3.º — Ulterior e progressiva tendência expansionista na base de planejamentos com visão do futuro.

O equilíbrio financeiro é um elementar problema de austeridade político-administrativa.

Sem estabelecer prévia ordem nas finanças do país, com ponto de partida de audacioso expansionismo, será construir monumentos sobre bases movediças.

Recorrer a reiteradas inflacionárias para atendimento de serviços públicos de rotina, ou para empreendimentos de obras e de metas de sentido discutível, e, sobretudo inoportunas, por se consumarem em detrimento da suplementação de recursos às fontes de produção, de importância vital para a Nação, só se poderá conceber como um erro de perspectiva da realidade presente e futura do país.

A atual conjuntura econômico-financeira precipitou o

país em temerário plano inclinado, cuja recuperação só tem uma alternativa, a de um regime de rígida austeridade política e administrativa, como segura base para um programa de produtividade econômica e de consequente restauração da paz social.

Não apenas nos conturbados tempos de guerra, devem ser consideradas como "retaguarda econômica" as vitais atividades das classes produtoras.

Em países com estado de subdesenvolvimento, como é o caso do Brasil, está plenamente ajustado o humano conceito de "equivalente moral dos orçamentos de guerra", preconizado por W. como medida de preservação da paz social.

Por "equivalente moral dos orçamentos de guerra", deve-se entender a mais ampla mobilização de recursos, de ordem humana e material, para sua aplicação adequada na recuperação do equilíbrio social-econômico da nação.

Em permanente estado de ânimo subversivo, vivem os povos economicamente desajustados.

"O próprio sentimento de liberdade, disse W. Wogt, deixa de ser importante, quando se tem o estômago às costas". Interpelado por André Voisin, que lhe solicitava uma definição universal de produtividade, assim contestou o filósofo:

"Produtividade é um estado de espírito".

A reintegração do Brasil à evidência de sua realidade econômica e social estará a exigir, de todos nós, a penetração desse estado de espírito, cuja essência consta de austeridade e de trabalho contínuo.

Anuncie em
"A LAVOURA"



**Mãos que espalham
SALITRE DO CHILE
não ficam vazias...**

É MAIS LUCRATIVO MULTIPLICAR A PRODUÇÃO DE 1 ALQUEIRE COM BOM ADUBO, QUE PLANTAR TRATAR E COLHER 3 ALQUEIRES - POIS SÓ A ECONOMIA DE BRAÇOS COMPENSA FARTAMENTE O SALITRE DO CHILE É UM ADUBO NATURAL QUE REFORÇA A PRODUTIVIDADE DO SOLO EXPERIMENTE-O!

SOLICITE FOLHETOS E INFORMAÇÕES, GRATUITAMENTE.

CADAL CIA. INDUSTRIAL DE SABÃO E ADUBOS

AGENTES EXCLUSIVOS DO SALITRE DO CHILE

PARA OS ESTADOS DA GUANABARA, DO RIO E ESPÍRITO SANTO

RUA MÉXICO, 111 - 12.º AND. (SEDE PRÓPRIA)

— TEL 31-1850 - rede interna

Descoberto o maior depósito de Carbonato de Potássio do mundo no Canadá

O maior depósito do mundo de Carbonato de Potássio para fins destinados à agricultura, de alta qualidade, foi aberto em Esterhazy Saskatchewan, Canadá, a 8 de junho deste ano. Ouviram-se gritos de entusiasmo desde as profundidades de uns 1.000 metros da mina da empresa conhecida mundialmente pelas iniciais IMC, quando os mineiros lograram arrancar as primeiras pas de potássio às 23,35 horas.

A descoberta de potássio foi o ponto culminante de cinco anos de um projeto desafiante. Este foi um projeto repleto de problemas que derrotou todas as outras tentativas para desenvolver estas valiosas reservas.

O problema mais grave até o momento foram os 60 metros de areia movediça que se encontrou na metade do trajeto das perfurações. A pressão da água nesta região alcançaram até 35 quilogramas por centímetro quadrado (500 libras por polegada quadrada).

Os mineiros foram detidos por esta formação geológica de tipo Glairmore, durante mais de um ano, enquanto eles congelaram esta formação à dez graus centígrados abaixo de zero. Uma parede de ferro de três mil toneladas foi instalada

permanentemente para segurar a areia movediça, uma técnica que nunca havia sido antes usada no hemisfério Ocidental.

Os mineiros tiveram outros problemas e camadas para perfurarem. Algumas dessas camadas tinham uma pressão de água que alcançaram até 84 quilos por centímetro quadrado (1.200 libras por polegada quadrada), mas estas foram seladas com cimento bombeado ao redor do poço.

A IMC já gastou mais de 30 milhões de dólares na sua mina de potássio e refinaria, a qual será a maior do hemisfério. Quando o projeto estiver em completa produção, 1,2 milhões de toneladas de potássio será produzido anualmente até princípios do próximo ano — e o total investido será de 40 milhões de dólares.

Esta fábrica está pronta para começar a processar as primeiras remessas de mineral. Inicialmente esta fábrica produzirá uma média de mais de mil toneladas de produtos por dia.

A mina e a fábrica de semi-produção funcionarão para experimentos de produtos minerais básicos e técnicas de produção. A produção será então transferida da fábrica piloto para a fábrica de produção em escala normal.

Esta fábrica iniciará suas operações em 1 de setembro, produzindo uma média de 1 milhão de toneladas por ano. Em princípios do ano próximo a fábrica alcançará a sua capacidade final de 1,2 milhões de toneladas ao ano, fazendo-se a maior refinaria do mundo de potássio.

Quando o projeto estiver funcionando em sua totalidade fornecerá trabalho para cerca de 400 pessoas. A maioria deles serão residentes vizinhos, a maioria fazendeiros que estão sendo especialmente treinados pela IMC.

O minério não será extraído da maneira tradicional. A IMC usará cinco máquinas. Ao invés de explosivos, nas que literalmente comem seu caminho através do potássio. Cada mordida será do tamanho de 2 x 4 metros.

A mina Esterhazy está começando a produzir em um tempo quando o consumo de potássio na agricultura Norte Americana está subindo à uma média anual de 6,5%. Presentemente o consumo é maior que a produção.

A IMC também extrai potássio em Carlsbad, Novo México. Com suas duas minas a IMC tornar-se-á a maior produtora de potássio no Hemisfério Ocidental, e a única produtora com duas fontes de abastecimento.

O depósito de Saskatchewan é o maior do mundo — com 725 quilômetros de comprimento e 80 de largura. Contém mais que 5 milhões de toneladas de minério disponível para se ex-

(Continua na Página n.º 52)

BOLETIM INFORMATIVO



SDD - SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO

RUA STO. AMARO, 28 — RIO DE JANEIRO — GB.

Pesquisa para formulação de um programa de desenvolvimento do artesanato feminino em áreas rurais.

O Serviço Social Rural, desejando contribuir para uma real melhoria das condições sociais existentes no campo e intentando transformar esse setor da vida nacional em elemento dinâmico da sociedade brasileira, resolveu concentrar esforços em determinados pontos que se revelaram estratégicos, em função do referido objetivo.

Ao pesquisador do complexo rural não é estranho que em grande parte do interior brasileiro não se tenha completado uma diferenciação das atividades rurais dentro do setor primário. Quanto mais subdesenvolvida é a área menos delimitação há dos setores, verificando-se que as atividades de um mesmo grupo se distribuem não só pela agricultura (setor primário) como pelas de transformação (setor secundário) e até mesmo pelas dos serviços (setor terciário).

Um mesmo grupo ou uma mesma família se ocupa, por exemplo de plantar a mandioca, arrancá-la, transformá-la, em farinha e levá-las às feiras; ou em cavar o barro e transformá-lo em telhas e tijolos para depois construir a casa, ou levá-lo ao comprador. Estas formas do complexo rural são responsáveis por inúmeras outras atividades no interior criando problemas que estão a exigir uma ação de presença de um órgão como o SSR.

Verificando, assim, que determinados pontos oferecem condições para uma intervenção da entidade e que entre estes pontos, que chamamos estratégicos, se incluem aqueles vinculados às atividades artesanais femininas, vem o SSR examinar as condições, para um trabalho em relação a essas atividades; e, querendo se apoiar em estudo consciencioso, criou um Grupo de Trabalho, para seguir as normas e

processos para uma intervenção nesse tempo.

A importância do artesanato num programa de desenvolvimento é evidente. Em áreas de escassez de capitais, especialmente áreas rurais, existe grande abundância de mão-de-obra não aproveitada de modo pleno, que poderia ser reorientada e incorporada ao esforço nacional de desenvolvimento, (enquanto persistir a atual carência de recursos de capital), através de atividades artesanais. Estas se apresentam, portanto, dentro de uma perspectiva de desenvolvimento econômico e social. Seria, portanto, uma perspectiva de desenvolvimento econômico e social. Seria, portanto, uma forma de observar a mão-de-obra disponível e elevar a produção de racionalmente planejado — das riquezas paralelas — desde que investimentos que visam à industrialização e à renovação tecnológico da economia rural. O desenvolvimento do artesanato e a elevação de sua produtividade, traz consigo uma série de benefícios: mobilizando parte da mão-de-obra ociosa, permite uma elevação da renda de ponderável parcela da população; elevando o volume dos bens de consumo disponíveis, contribui para o progresso econômico e social. Por outro lado, exigindo pequenos investimentos, permite o emprego, em bases rentáveis, dos capitais existentes e igualmente, constitui um passo preliminar para o tão necessário adestramento da mão-de-obra, num país em rápida transformação econômica.

Dada a condição generalizada de marginalidade a que se vê reduzida a mão-de-obra feminina, não é necessário insistir sobre a importância de seu aproveitamento em atividades artesanais e as potencialidades que representa, como fator de produção em disponibilidade,

Sendo, de um modo geral, o trabalho feminino aquele que menos utilizado é em atividades produtivas; sendo, por outro lado, verdadeiro que o trabalho feminino é mal remunerado, e, não raro, solicitado para atividades incompatíveis com as condições biológicas da mulher, afigura-se portanto, necessário, captar para a produção, esta força de trabalho potencial — visando tanto à economia do país, — como um todo, quanto a elevação de "status" sócio-econômico da população feminina em idade de trabalho.

Parece justo portanto a preocupação revelada pelo SSR, em desenvolver o artesanato, dando prioridade às atividades femininas.

A fim de melhor fundamentar essa programação e melhor estruturar uma política, neste sentido, resolveu o SSR promover uma pesquisa preliminar sobre o problema, com o objetivo de recolher, em todo o país, o material factual necessário, e a opinião indispensável de pessoas sue, por sua experiência, dominem suficientemente o assunto. A pesquisa procurará levantar, não só o material imprescindível ao equacionamento do problema mais restrito do artesanato feminino, como, igualmente, informações mais amplas que sirvam de bases para futuras programações.

Para dar execução ao programa foi instituído, no Rio de Janeiro, um Grupo de Trabalho, com as seguintes atribuições: realizar um levantamento bibliográfico, o mais completo possível, relativo ao assunto; coletar todo o material necessário, não disponível em fontes bibliográficas; com base nas informações coligidas, sugerir normas de ação ao SSR e orientar a pesquisa neste particular.

Nos diversos Estados, serão tomados-informantes especiais, que terão por tarefa própria: a) responder pessoalmente aos formulários e questionários enviados; b) coletar elementos informativos e opinativos a seu alcance; c) enviar a bibliografia e o documentário disponíveis. Estes informantes estaduais constituirão os elementos básicos de todo o programa. Não deverão se limitar, apenas a apresentar as informações sugeridas nos questionários, mas são, também convidados a opinar sobre qual deverá ser a orientação do SSR em relação ao artesanato rural feminino, e em relação ao artesanato em geral, visando a possíveis futuras programações.

Como pode ser visto pelo formulário elaborado a pesquisa deverá abranger grande variedade de aspectos relativos aos principais obstáculos que se antepõem a um programa de assistência ao artesanato feminino, obstáculos estes que se resumem nas barreiras estruturais, culturais e de mercado que impedem o desenvolvimento das atividades artesanais. A pesquisa deverá esclarecer aspectos tais como: que atividades selecionar, entre as já existentes, ou que atividades criar, segundo as condições de mercado. Quais as que apresentam potencialidades imediatas de rendimento? Que problemas de financiamento existe? O financiamento atualmente disponível é suficiente para a aquisição de matérias-primas e meios de produção? O financiamento tem caráter usurário? Qual o grau de acesso do produto ao mercado e qual o âmbito deste? Quais são os problemas tecnológicos? Como ministrar a um aprendizado técnico mais eficaz e etc.

Uma vez conhecendo o SSR os principais problemas relativos ao artesanato e, principalmente, ao artesanato feminino, e contando com a opinião de especialistas na matéria será possível formular as diretrizes a serem seguidas isto é, as formas de intervenção no mercado que se revelarem mais convenientes; as formas de reorganização das relações de produção através da organização de cooperativas ou outras formas de concentração de recursos; a maneira de orientar o artesanato feminino para setores ma-

mais rentáveis e de mais fácil colocação? as formas e finalidades de financiamento, tendo em vista a elevação tecnológica; as fontes de financiamento a serem utilizadas e normas de ação quando ao ensino e aprendizado.

Estes são problemas que exigem, não só dados informativos, como também opiniões que traduzam um amadurecimento e uma experiência intransferíveis. O papel dos informantes estaduais é, portanto, fundamental para o bom êxito da programação tentada pelo S. S. R.

DOCUMENTO I

LOCALIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS NÚCLEOS ARTESANAIS. NÍVEIS DA PRODUÇÃO, GENERALIDADES DA MATÉRIA.

1 — Delimitação das áreas de ocorrência:

1.1 — É o Estado dividido em áreas geo-econômicas ou sócio-culturais — ou mesmo fisiográficas — segundo as quais se possa fazer uma distribuição classificatória das atividades artesanais? Anexar, se possível, uma cartograma.

2.1.2 — Destas áreas quais as que apresentam atividades artesanais (masculinas ou femininas) economicamente valiosas? No caso, entende-se por economicamente valiosa toda atividade exercida sob a forma de indústria doméstica ou sob outro sistema de trabalho, cujo resultado seja revestido de significação econômica para o Município ou qualquer outra unidade sócio-administrativa, bem como as que apresentem perspectivas de aproveitamento imediato face às condições de mercado.

1.3 — Não havendo a delimitação referida no item 1.1 qual seria a mais apropriada na sua opinião tendo-se em vista o estudo dos problemas artesanais dessa Estado? Estruturar a delimitação a partir dela, responder o questionário.

1.4 — Em relação a cada uma das áreas mencionadas, esclare-

cer os seguintes pontos, ainda que por estimativa:

1b.1 a população da área;

14.2 — população economicamente ativa, ocupada em atividades artesanais;

14.3 — ocupações principais dos habitantes;

14.4 — relações econômicas da área, dentro do Estado e com Estados limítrofes.

2 — Ocorrências artesanais. Organização da Produção:

2.1 — Quais os principais produtos artísticos e utilitários, encontrados em cada uma das áreas referidas? — discriminados por grupos artesanais (vide Doc. III). Para cada grupo artesanal, realizar a listagem das matérias-primas respectivamente utilizadas.

2.2 — Existem comunidades especializadas em alguma atividade artesanal determinada ou que constituam centros de algumas atividades específicas? Relacionar essas comunidades, levantado em conta a área e a atividade que a caracteriza.

2.3 — Considerando as atividades acima mencionadas (2.2) como formas de produção concentrada, relacionar, do mesmo modo, as formas de "produção dispersa" ou atividades exercidas como indústria-doméstica, através da zona rural.

2.4 — Utilizando o mesmo critério, informar a produção organizada em unidades empresariais ou "semi-empresariais".

2.5 — No conjunto do sistema referido (produção concentrada, produção dispersa ou produção organizada), destacar:

25.1 — as atividades que apresentam maior potencialidade de desenvolvimento (tendo em vista as condições de mercado, competição, produto industrializados, obtenção de matéria-prima, possibilidades de exportação para centros urbanos ou outras áreas rurais).

25.2 — as que, por iguais circunstâncias, estejam propensas à decadência ou ao desaparecimento.

2.6 — Para as atividades cuja

produção esteja organizada em unidades empresariais ou semi-empresariais, tentar caracterizar a espécie de "empresa", classificando, se possível, os seus diversos tipos — sugerindo-se, para este fim, os seguintes fatores:

— Foram de organização (cooperativa, empreitada individual, parceria, etc.);

— Mão-de-obra ocupada (quantidade, origem, formas de seleção, sexo, idade, disponibilidades — falta, excesso, etc.);

— Capital empregado, formas de financiamento (oficial, por particulares, usurário, em dinheiro, em espécie, avião, etc.);

— Remuneração do trabalho (montante, formas de remuneração salário, diária, parceria, sociedade, em espécie, etc.);

— Contratos formais ou verbais, padrões ideais de relações de trabalho e padrões reais;

— Períodos de trabalho e períodos de vacância. Regularidade da produção e condições de mercado correlatas.

— Volume e valor da produção;

— Custo de produção, em dinheiro e trabalho gasto (homens dia ou homens-hora de trabalho para produzir uma unidade).

3 — Da Matéria-Prima. Generalidades

Por atividade realizada em cada área e obedecendo à classificação dos grupos artesanais, prestar as seguintes informações em relação à matéria-prima:

3.1 — Fontes e processos de aquisição.

3.2 — Estado de obtenção. Transporte. Custo em geral.

3.3 — Volume de aquisição. Estocagem.

3.4 — Transformação.

3.5 — Influência no custo do produto.

3.6 — Matérias-primas disponíveis na área e sua capacidade de aproveitamento para atividades artesanais. Referências.

4 — Da Mão-de-Obra. Generalidades

Por atividade realizada em cada área e obedecendo à classificação dos grupos artesanais, prestar as seguintes informações em relação à mão-de-

4.1 — Média do contingente ocupado. Mão-de-obra feminina.

4.2 — Escalões de qualificados, adestrados, aprendizes e auxiliares — em termos de trabalho artesanal. Generalidades.

4.3 — Do recrutamento do profissional adestrado e do aprendiz.

4.4 — Capacidade de absorção de mão-de-obra pelas atividades artesanais da área.

4.5 — "Statu" social do artesão.

4.6 — Crescimento ou baixa dos contingentes ocupados em atividades artesanais.

4.7 — Formação da mão-de-obra:

4.7.1 — Como se processa o aprendizado (treinamento familiar, em oficinas de estranhos à família, etc.).

4.7.2 — Valores culturais associados ao aprendizado artesanal (por exemplo — o aprendizado é visto pela população local como forma de evitar que os filhos fiquem vadiando?).

4.7.3 — Valor atribuído pelos jovens ao aprendizado e ao trabalho artesanal; mudanças de motivações por contato com centros urbanos ou pelo desenvolvimento de atividades mais atrativas.

4.7.4 — Relações de trabalho entre mestre e aprendiz; remuneração da aprendizagem.

4.7.5 — Artesanato e organização familiar.

4.7.6 — Implicação legais sobre a aprendizagem.

5 — Do Equipamento. Generalidades

Por atividade realizada em cada área e obedecendo à classificação dos grupos artesanais, prestar as seguintes informações em relação ao equipamento:

5.1 — Índices de manualismo, mecanização ou semi-mecanização.

5.2 — Enumerar e, se possível, descrever, graficamente, o equipamento empregado — máquinas e ferramentas.

5.3 — Origem do equipamento. Fonte de obtenção. Custo. Duração.

5.4 — Deficiências do equipamento. Rudimentarismo. Defeitos estruturais quando consertados pelo próprio artesão.

5.5 — Posse ou propriedade.

Modo de utilização (caso os instrumentos não pertençam ao trabalhador ou produtor autônomo, verificar como se faz o pagamento pelo uso dos meios de produção — participação na produção sob alguma forma; aluguel; débito em conta-corrente, caso existam formas de relações de produção semelhantes ao avião; etc.).

5.6 — Incidência do equipamento no custo da produção (quantum e forma).

6 — Da Produção. Generalidades

Por atividade realizada em cada área e obedecendo à classificação dos grupos artesanais, prestar as seguintes informações em relação à produção:

6.1 — Quantidade. Taxas de uniformidade e variação.

6.2 — Qualidade. Fatores de ordem técnica, material e de ordem artístico-criadora.

6.3 — Estocagem.

6.4 — Sobras e aproveitamento de material.

6.5 — Manifestação de elementos tradicionais na técnica, nas formas e motivos, e na nomenclatura.

6.6 — Influências genéricas e específicas de produtos industrializados e das tendências do mercado.

6.7 — Custo: investimento, sobrecarga e lucro.

7 — Da Comercialização. Generalidades

Por atividade realizada em cada área e obedecendo à classificação dos grupos artesanais, prestar as seguintes informações em relação à comercialização:

7.1 — Preço do produto acabado. Preço ou intermediário. Preço ao consumidor.

7.2 — Sistema de distribuição. Diretamente. Intermediário Cooperativo.

7.3 — Rede de intermediários. Relações entre produtor e intermediário. Formas de pagamento.

7.4 — Destino da produção. Transporte utilizado. Cruz do transporte sobre o custo.

7.5 — Embalagem. Capacidade material do produto para uma distribuição mais extensa.

8 — Do Mercado — Generalidades

Por atividade realizada em

cada área e obedecendo à classificação dos grupos artesanais, prestar as seguintes informações em relação ao mercado:

8.1 — Expansão ou retração do mercado. Se possível, fornecer dados sobre evolução dos preços e custo. Procura local ou externa. Evolução da produção (crescimento ou retração).

8.2 — Formas de acesso ao mercado. O produtor tem livre acesso ao mercado? Feiras?, etc. O produtor é afastado do mercado pelo intermediário monopolista? A produção é adquirida por determinados comerciantes para revenda ao consumidor?

8.3 — Caso a produção se destine ao mercado local, fornecer informações sobre condições de absorção, evolução do poder aquisitivo da população, possibilidade de aquisição de produtos substitutivos ou imprescindibilidade da produção artesanal local, etc.

8.4 — Fatores que interferem no mercado. Generalidades.

8.5 — Concorrências com produtos industrializados (Exemplificar).

8.6 — Interesse turístico. Artesanato do souvenir.

8.7 — Possibilidade de ampliação do mercado através da exportação.

9 — Das Implicações Legais. Generalidades.

Por atividade realizada em cada área e obedecendo à classificação dos grupos artesanais, prestar as seguintes informações em relação às implicações legais:

9.1 — Referência às dificuldades ou facilidades criadas, pela legislação vigente. O fisco.

9.2 — Referência às diretrizes de uma legislação propícia às atividades artesanais. Referência minuciosa a algo existente neste sentido ou a projeto relativo.

10 — Artesanato e Padrões Culturais:

Analisar as manifestações artesanais — nos casos adequados e na medida que se fi-

zer possível — sob os seguintes aspectos:

10.1 — Atividades artesanais definidas segundo o sexo; mudanças.

10.2 — Atividades artesanais, hábitos alimentares. Tabús. Crenças.

10.3 — Artesanato e festas populares, festas como surgimento eventual da mercadoria para a produção doméstica de doces, bolos, bebidas, etc.

10.4 — Artesanato e festa familiares (bordados, rendas, colchas e congêneres, destinadas a festas de batizado, casamento, aniversários, etc.).

10.5 — Artesanato e cultos religiosos.

10.6 — Tradição artesanal — africana, lusa e indígena. A culturação. Decorrências.

10.7 — Artesanato — cultura-folk: Tradições de trabalho. Agremiações profissionais. Direito costumeiro do trabalho. O que fazem enquanto trabalham Cantos de trabalho. Co-operação e trabalho coletivo (ajutório ou mutirão). Nomenclatura folclórica das matérias-primas, ferramentas etc. Adagiário. Artesãos famosos e lembrados. Feiras. Sistemas tradicionais de compra e venda. Designações típicas da moeda e dos indivíduos envolvidos no comércio. Direito costumeiro do comércio. Ritos comerciais. Outros temas.

11 — Pedidos de Sugestões:

11.1 — Já se realizaram, no Estado, exposições de produtos artesanais de qualquer espécie? Qual o resultado? É proveitosa a realização de tais exposições?

11.2 — Mostra-se possível, dadas as condições de mercado, o desenvolvimento das atividades artesanais, artísticas ou utilitárias, de modo a aproveitar, em tais atividades, a disponibilidade de mão-de-obra e de matéria-prima?

11.3 — Mostra-se viável a realização de atividades cooperativistas entre artesãos? Existe alguma forma de atividade cooperativa formal ou tradicional na área, mesmo que vinculada ao artesanato (mutirão, por exemplo)? Qual a atividade do povo em relação a tais atividades coope-

rativistas? Que sugestões poderia oferecer quanto à organização de cooperativas entre artesãos?

11.4 — Qual seria a melhor maneira de ser elevada a tecnologia da produção artesanal, em bases realistas, econômicas, e tendo em vista as condições de mercado? Quais os meios de produção que deveriam ser levadas ao produtor? Outras sugestões.

11.5 — Quais as possibilidades de ser lançado um programa efetivo de treinamento e assistência ao artesanato? De que maneira deveriam os órgãos oficiais intervir na comercialização da produção?

11.6 — Já há, no Estado, alguma experiência desta ordem ou já foi, alguma vez, tentando projeto semelhante?

11.7 — Diretrizes gerais para um programa objetivo.

LAVRADOR

Se em teu município não existe associação agrícola, toma a iniciativa e funda uma: pede instruções à secretaria da Sociedade Nacional de Agricultura.

SERVIÇO SOCIAL RURAL

ADMINISTRADOR
DO CONSELHO NACIONAL

JOÃO JUVENAL JAYME RICCI AYRES

PROJETO DA PARAIBA PARA DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADE

ESQUEMA PARA A PARTE ARTESANAL

Dentro de programa de emergência para a Paraíba, o projeto artesanal pode ser encarado de duas maneiras: simples assistência às atividades artesanais existentes visando aos problemas de financiamento, através de cooperativismo ou diretamente, à melhoria de padrões e tipos, comercialização etc. ou com a inteira responsabilidade do programa, criando projetos específicos.

Para o 1.º caso, essa, assistência artesanal pode ficar dentro das cooperativas mistas que examinarão o problema do financiamento por si e os de comercialização, mercado, etc. No que toca ao problema de assistência técnica, de melhoria de tipos ou de correção de processos essa assistência poderia ser dada através de ajuda do Plano de Assistência Técnica previsto pelo Programa de Artesanato do PAT/62.

PRIORIDADE PARA INTERVENÇÃO — É preciso o maior cuidado nessas opções para estímulo ao artesanato. Se a escolha não se flexir com bastante critério, poder-se-á levar a um insucesso e a desilusões dentro do movimento. A opção não só para o lugar onde se deve fazer a intervenção ou proveer essas ajuda, caber ao CR da Paraíba. Dentro da área-problema sugerida para o para o Programa de Emergência para Desenvolvimento de Comunidades ocorrem localidades onde existem movimento artesanal digno de estímulo não só creditado como de melhoria de suas técnicas e da possível ampliação da produção e dos seus mercados.

As comunidades especiais estão compreendidas nos seguintes municípios ou distritos: Campina Grande, Guarabira, Juarez Távora, Serriúha, Gurinhem. O artesanato alimentar, no entanto, é comum a toda área.

Em casos especiais e quando o Grupo artesanal se encontra

muito distante do Centro comunitário que se pretende organizar, pode-se levar a ajuda a esses grupos, através da criação de cooperativas de apoio mútuo tipo CUNA e de ajuda de algum material necessário à melhoria das condições de fabrico e, bem assim das de comercialização e garantia de mercado. Não devem ser esquecidas no Programa exposições dos produtos fabricados, de um stand de exposição permanente na Capital ou em algumas cidades regionais de maior vulto dentro da área que possam intensificar o comércio de certos tipos de produtos artesanais.

Outro objetivo que deve merecer prioridade é o da assistência ao artesanato alimentar. A melhoria da produção da farinha de mandioca o seu enriquecimento, produção de vinagre, melhoria de técnicas, para a conservação alimentar produção de doces etc. devem ser examinadas como objetivo e merecer prioridade quando esta ocupação for realmente mais intensa e de maior vulto na comunidade ajudada.

Projetos específicos:

Para o caso de projetos específicos temos que prever informações para cada um deles compreendendo:

Introdução
Características gerais
Produtos
Custos
Matéria prima
Força de trabalho
Transportes
Dimensionamento da atividade.

—(ooo)—

Capacidade atual das atividades

Possibilidades de aumento
Especificação de produtos
Unidade de fabricação a recomendar para algum projeto de maior porte.

Matéria Prima

Operações para obtê-la

—(ooo)—

Trabalho direto
Trabalho indireto

—(ooo)—

Ferramentas necessárias fora máquinas ou aparelhagem de maior vulto.

—(ooo)—

Local de trabalho para unidade maior.

—(ooo)—

Trabalho em residências
Layout da unidade maior se necessário.

—(ooo)—

Força manual
Força motriz
Águas

—(ooo)—

Treinamento operacional

Embalagem e transporte
Estudo ou ligeira pesquisa de mercado.

Problemas de intermediários

Nota:

Não é possível no caso de artesanato, onde se vai desenvolver atividade econômica, pensar em termos apenas de esquemas gerais. O melhor é que o SSR nesse programa, e atenda apenas ao trabalho educativo, de assistência ao trabalho e não estímulo à produção. O estímulo à produção se não for examinado em termos especificamente econômicos, poderá trazer prejuízo às comunidades se daí resultar insucesso.

Os grupos profissionais que caem em decadência se tornam mais difíceis do que os que estão sem uma orientação ou apenas em estágio de semi-ocupação.

CARUNCHO



**LEITÕES DE PEDRIGREE, CRIADOS NA ESCOLA DE
HORTICULTURA WENCESLÃO BELLO PELO CENTRO
COOPERATIVO DE TREINAMENTO AGRÍCOLA
(CONVÊNIO CR-SNA) — PEDIDOS À CAIXA POSTAL
1245 — RIO DE JANEIRO**

(Conclusão da pág. n. 22)

na parte de sua fazenda com valentia, para depois entregá-la passivamente, de graça, acovardado, porque não ouviu seus líderes, porque não cumpriu com suas obrigações junto a seu órgão de classe?

Vamos dar todo apoio à nossa entidade e criar em cada Associação Rural um sindicato, para discutir democraticamente com o trabalhador rural os direitos de ambos, para defesa dos que produzem em todo o território nacional.

Unamo-nos para sobreviver ou continuemos no atual indiferentismo, para vitória do inimigo.

Vá hoje visitar sua Associação e saber o quanto de-

ve, indagando se pode ser útil em alguma coisa. O que V. não pode, fazendeiro do Brasil, é continuar deixando seu barco à maratona, desgovernado rio a baixo, pois não tardará o dia em que, quando menos esperares, terás pela frente uma forte cachoeira, onde naufragarão seus senhos, sua inércia, sua desídia, seu conformismo, sua indolência.

É preciso união para vencer a demagogia e salvar o Brasil.

Aos Presidentes de Associações, que julgarem este artigo útil, peço mandarem extrair cópias para serem remetidas a todos e publicarem o mesmo em jornais do interior, para maior divulgação.

Descoberto o maior depósito de...

(Conclusão da pág. 44)

trair. A I.M.C. dispõe de direitos minerais em uma superfície que se aproxima à 90.000 alqueires.

Os economistas calculam que eventualmente a produção de potássio alcançará o segundo lugar de importância, perdendo somente para a produção de trigo em Saskatchewan, Canadá, e constituirá o sexto mineral em valor de produção total de minérios deste país.

A I.M.C. (Canadá) Ltd., é uma empresa subsidiária da International Minerals & Chemicals Corporation. A empresa mãe tem 70 minas e fábricas nos Estados Unidos, Canadá e México.

Esta Companhia é a maior produtora particular de fosfato do mundo e a maior fornecedora de materiais para fundição, Cerâmica, alimento e produtos farmacêuticos. Seus produtos são vendidos em 60 países do Mundo Livre.

"A LAVOURA"

A mais antiga revista agrícola em circulação no Brasil.



Esta é uma receita aprovada pela "Cozinha Royal". Prove estes pãezinhos com Chá Tender Leaf
Agradam ao olhar...Deliciam o paladar!

PÃEZINHOS DE LARANJA

3 1/2 xíc. farinha de trigo
 1/2 xíc. de água morna
 1 colh. (sopa) + 1 colh. (chá)
 de Fermento Sêco
 Fleischmann ou 2 tabletes
 de Fermento Fleischmann
 1/4 xíc. de manteiga
 1/2 xíc. de açúcar
 2 ovos
 1 colh. (chá) de sal
 1 colh. (sopa) de raspa
 de laranja
 1/3 xíc. + 1 colh. (sopa) de
 suco de laranja

Para enfeitar:

1/2 xícara de açúcar cristaliza-
 do, misturado com a raspa de
 uma laranja.

Coloque a água morna numa vasilha e junte o fermento, deixando-o em repouso 10 minutos. Bata para dissolver. Adicione todos os outros ingredientes, misturando tudo junto e batendo bem até que a massa fique lisa, uniforme e comece a se desprender da vasilha (se necessário, salpique farinha para ajudar). Deixe fermentar em lugar quente e fora de corrente de ar, durante 2 1/2 horas, aproximadamente. Leve a massa para a mesa polvilhada com farinha e abra-a com um rôlo. Pincele com manteiga, dobre ao meio e passe de novo o rôlo, dando à massa a forma de retângulo. Pincele com manteiga de novo e dobre cada um dos lados maiores para dentro, até o meio, onde se vão juntar, formando um retângulo com o mesmo comprimento, porém mais estreito. Corte tiras de 4 cm de largura e, segurando-as pelas pontas, retorça uma para cada lado. Arrume em tabuleiro untado, dando espaço para crescerem. Depois de 1/2 hora, pincele com gema de ovo e salpique açúcar cristalizado com raspa de laranja. Deixe acabar de crescer, até dobrar de volume (mais 1/2 hora). Asse em forno moderado, durante 20 minutos.

GRÁTIS! Peça à D. Maria Silveira, Caixa Postal, 1179 - Depto. FSD-5 - Rio de Janeiro, o folheto "Conselhos Úteis" sobre o Fermento Sêco Fleischmann

FERMENTO SÊCO FLEISCHMANN



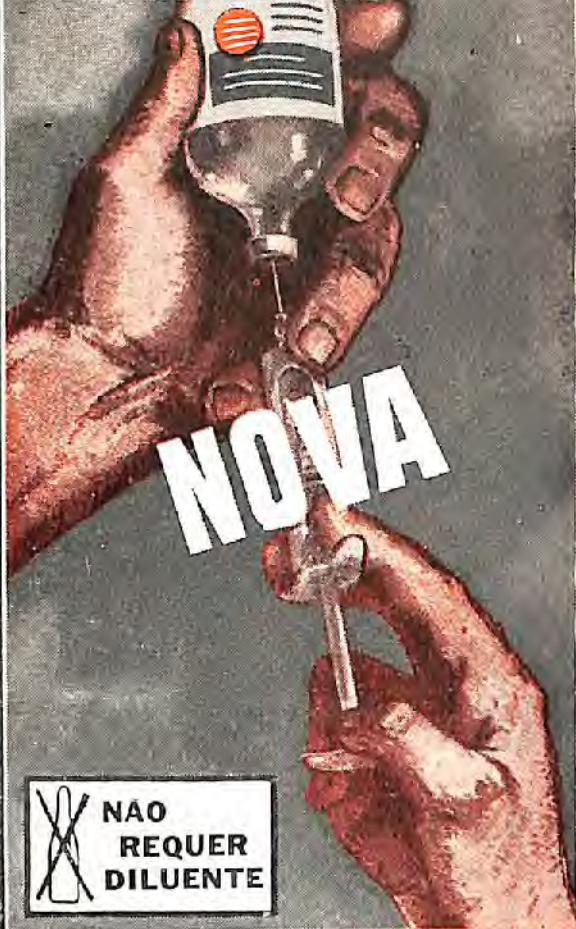
Mais um produto de qualidade da STANDARD BRANDS OF BRAZIL, INC.



SUÍNOS

Pneumonia
Bateadeira
Enterite
Diarreias
Gripe
Paratifo
dos leitões
Piobacilose
Metrites
Mastites
Septicemia
hemorrágica
Disenteria
infecciosa
Vibriose
dos suínos
Erisipela
Infecções
do umbigo

PARA TRATAMENTO DAS DOENÇAS
BACTERIOLÓGICAS EM GERAL



BOVINOS

Pneumonia
Difteria
dos bezeros
Septicemia
hemorrágica
Curso branco
Disenteria
infecciosa
Mastites
Retenção
da placenta
Feridas
de castrações
ou descoria
Infecção
do umbigo
Anaplasmosa
Manqueira
Frieiras

Terramicina

SOLUÇÃO INJETÁVEL

Pfizer

50 mg por cc.



AVES

Coriza
Ronqueira
Sinusite
Gôgo
Doenças
respiratórias
em geral
Tifo aviário
Enterites
Exantemas
Cólera
Aviária

- Pronta para uso
- De aplicação fácil e prática (via intramuscular ou subcutânea)
- Evita desperdícios
- Maior campo de ação
- Não provoca irritações ou edemas
- Resultados superiores no tratamento das "Frieiras"
- É ativa contra a maioria das doenças, inclusive em ovinos, equinos, cães e gatos.

PFIZER CORPORATION DO BRASIL

Departamento Agro-Pecuário
SÃO PAULO - Depto. Agro-Pecuário - Rua Dr. Cândido Espinheira, 143
Caixa Postal 5291 - Fone 51-9101